

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

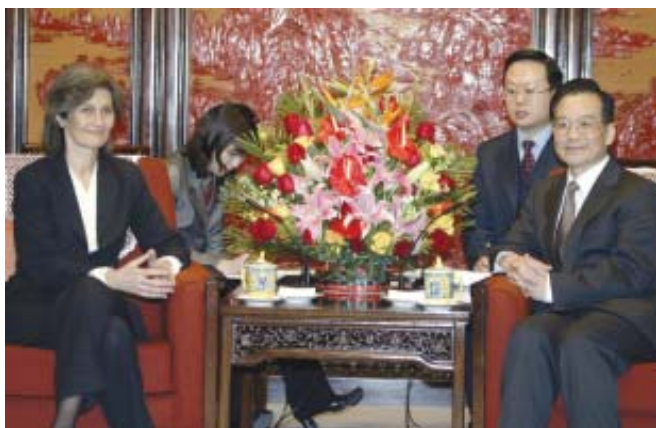
Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

As eleições de Março de 2002



no contexto da recuperação e da reforma



MNE na China



Ecos da VII Cimeira

Intervenção sobre o Estatuto do Administrador da Insolvência

Deputada Isilda Pegado
Assembleia da República, 10-03-2004



(...)

O novo estatuto, não negando direitos adquiridos, vêm **reconhecer ao Administrador um papel claro de colaborador com a Justiça**, sujeito aos deveres deontológicos e de idoneidade dos agentes da Justiça, organizada, como classe profissional que assegura à sociedade e à Justiça a prestação de um serviço de interesse público.

A transparência, com que esta nova classe social, vê agora reconhecida a sua actividade e estatuto, o equilíbrio

encontrado para uma remuneração que apesar de tabelada, premeia os que mostram melhores resultados, é seguramente um passo paradigmático no sentido do emagrecimento do Estado, da autonomia social, e de melhor gestão de recursos, que quando chegados ao processo de insolvência são por definição insuficientes.

Neste sentido, está já a funcionar o solicitador de execução. Seguramente com falhas, não o negamos. Mas, sem inovação não há progresso. E este tem custos.

O diploma agora apreciado Estatuto do Administrador de Insolvência entrega a uma Comissão Nacional Independente a aferição da capacidade e a nomeação dos Profissionais da Administração de Insolvência.

Quer os agentes quer essa Comissão estarão devidamente regulamentados e prestam contas à Direcção Geral da Administração da Justiça.

Sras. e Srs. Deputados há mais de 20 anos que carpimos a falta de um sociedade civil forte. Uma sociedade civil forte não se faz por Decreto ou por Lei. Mas a Lei e o Decreto podem fazer muito pela sociedade civil. Porque, também o Estado fica melhor e mais capaz, dedicando-se de forma mais efectiva às funções de soberania como a segurança, a aplicação da Justiça, a elaboração de Leis, a defesa nacional ou da rede pública viária. E sempre, na retaguarda das funções sociais que não estejam a ser cumpridas pelos cargos sociais intermédios. Também assim se prevê neste Projecto de Lei. É uma nova cultura política e social.

Uma sociedade civil forte, exige a adesão ao risco. Não o risco de radicalidade, mas o risco da liberdade.

(...)

Intervenção sobre a criação da Entidade Reguladora da Saúde

Deputado Mário Patinha Antão
Assembleia da República, 11 de Março de 2004



(...)

Ao criar a **Entidade Reguladora**, o actual Governo, **pela 1ª vez em Portugal**, passou a **responsabilizar o Estado, enquanto produtor de serviços de saúde**, nos mesmos e exactos critérios de exigência que quer ver aplicados, para benefício dos utentes, aos serviços de saúde prestados por todos e quaisquer prestadores privados.

Tenham eles fins lucrativos ou não tenham fins lucrativos, sejam eles

hospitais, centros de saúde, laboratórios ou profissionais em exercício de profissão liberal.

(...)

Agendamento

Quarta-Feira, dia 17 de Março de 2004-15:00h

Interpelação ao Governo, requerida pelo PS

Quinta-Feira, dia 18 de Março de 2004-15:00h

Relatório da Comissão Eventual para os Incêndios Florestais

Proposta de Lei nº 114/IX (GOV)
(Cria as Comissões Municipais de defesa da floresta contra incêndios)

Projecto de Lei nº ___/IX (Todos os Grupos Parlamentares)
(Sobre "Eleitos Locais")

VOTAÇÕES

Sexta-Feira, dia 19 de Março de 2004-10:00h

Projecto de Resolução nº 29/IX(PEV)
(Sobre a imagem da mulher na publicidade)

Projecto de Lei nº 382/IX(PCP)
(Estabelece o regime de renda apoiada)

Discussão conjunta:

Projecto de Resolução nº 176/IX(BE)
Projecto de Resolução nº 221/IX(PS)
Projecto de Resolução nº 226/IX(PSD)
(Constituição de uma comissão tripartida para a definição da instalação do Centro Materno-Infantil do Norte)

Observatório

Interrupção voluntária da demagogia

Parece-nos seguro um avanço já debatido: Jamais as mulheres que abortam devem ser privadas da sua liberdade.

Gonçalo Capitão, A Capital, 10/03/04

O PS e o PEC

O PS falhou porque acabou a fazer o contrário daquilo que ajustou e a que se comprometeu na Europa.

Vasco Graça Moura, Diário de Notícias, 10/03/04

Encontros

Como se vê, não estamos sozinhos no que toca a preocupações mas, infelizmente, em Portugal, as notícias fecham-nos em assuntos internos, sobre temas menos interessantes, que já saturam todos.

Pedro Santana Lopes, Diário de Notícias, 11/03/04

Terrorismo e Liberdade

Toda e qualquer forma de terrorismo merece a nossa absoluta e total repulsa e a mais equívoca condenação.

Guilherme Silva, A Capital, 12/03/04



Intervenção sobre o 11 de Março de 1975

Deputado Marco António

Assembleia da República, 11 de Março de 2004

(...)

29 anos após o 11 de Março de 1975, Portugal vê reconstruída a casa comum da esquerda que caracterizou essa longínqua data. Hoje, tal como no passado, este frentismo abriga-se sob o telhado de uma visão favorável à preservação da estatização da sociedade Portuguesa.

Só à luz deste princípio conservador, do pós 11 de Março de 75, se poderá compreender a actuação dos partidos de esquerda.

Só essa visão comum pode animar o maior partido da oposição a votar em convergência com a restante esquerda, contra as mais importantes reformas que o XV Governo Constitucional tem apresentado na Assembleia da República.

Só por esta razão, o PS permite-se votar contra reformas tão importantes para a sociedade portuguesa como:

· A do Código do Trabalho, apesar do acordo obtido em sede de concertação social com a UGT;

ou

· A da descentralização que finalmente dá uma resposta adequada e democrática, a um dos mais debatidos e adiados problemas da nossa democracia.

Infelizmente, outros exemplos existem em que **a esquerda não tem apoiado as reformas estruturais indispensáveis ao País.**

Recordamos a **Lei de Bases da Segurança Social** ou a **Reforma da Tributação do Património**. Esta, tantas vezes prometida até por



Governos socialistas, mas outras tantas esquecida e retirada da agenda política.

(...)

Só assim se compreende que o PS, ainda hoje, 29 anos após o 11 de Março de 1975, marco histórico do maior e mais organizado ataque à livre iniciativa e ao sector privado, se reafirme fiel a uma ideia de Estado paternalista face à sociedade, em contraponto com a concepção reformadora, e de confiança que o PSD deposita na livre iniciativa privada bem como na capacidade dos Portugueses.

É nossa convicção de que **só haverá Estado forte, existindo uma sociedade civil forte, organizada e estruturada.**

Chegámos mesmo a um ponto em que poderemos afirmar que, nunca como agora, as diferentes opções em termos da concepção das funções do Estado e de política económica se apresentaram tão claras entre o maior partido da oposição e os da maioria.

Está assim de parabéns a nossa democracia.

(...)

A História política e constitucional democrática está marcada permanentemente pela dialéctica conflitual entre as propostas de modernidade que o PSD sempre apresentou, no âmbito da sua matriz reformadora, para as sucessivas revisões constitucionais, e as permanentes resistências e intransigências do maior partido de esquerda, às mesmas.

Questiona-se mesmo **como seria hoje Portugal se não fosse o espírito inconformista, vanguardista e reformista do Partido Social Democrata.**

Neste momento da Revisão Constitucional apelamos ao maior partido da oposição para que em nome de uma Constituição, moderna e progressista, tenha a abertura bastante para se associar activamente às nossas propostas de forma que não tenhamos de lamentar mais uma oportunidade perdida.

Hoje que se assinalam 29 anos sobre o 11 de Março, o movimento político frentista do PREC e as nacionalizações, era bom que nos interpelássemos sobre o sentido do frentismo de esquerda revivalista que neste parlamento, ou nas ruas, de braço dado tem sido constatado entre os 3 partidos da esquerda parlamentar.

Hoje mantém-se instalada em alguns sectores da sociedade e da vida partidária portuguesas, uma resistente visão estatizante e reminescente do colectivismo que teima em não

confiar nos Portugueses e na sua capacidade de iniciativa.

Esta postura situa-se nos antípodas da posição dos partidos da maioria.

A nossa visão é a de que a política económica é, essencialmente, um instrumento com vista à melhoria da qualidade de vida dos portugueses, de uma forma sustentada e duradoura.

E esse caminho só se consegue pela assumpção das nossas responsabilidades e com o aumento da nossa competitividade.

Como o tempo recente bem demonstrou, o investimento público não é a tábua de salvação para o problema fundamental do País.

Esta é, claramente, mais uma grande diferença entre o pensamento da esquerda parlamentar e as forças políticas que apoiam o Governo.

É, por isso, muito claro o que queremos para Portugal e qual a via escolhida para trilharmos o caminho do desenvolvimento.

Mantendo-nos fiéis aos nossos princípios, ontem, como hoje, **o PSD acredita numa sociedade civil organizada, pujante e livre, num Estado regulador, fiscalizador e reformador**, bem como numa economia assente na livre iniciativa privada.

Tal convicção, não é em nome de um pseudo-neoliberalismo, mas sim de uma sociedade socialmente mais justa e equilibrada.

(...)

Intervenção sobre a mutilação genital feminina

Deputada Adriana Aguiar Branco

Assembleia da República, 2004/03/05



(...)

... a **mutilação genital feminina é apenas um dos muitos exemplos do vasto leque de atropelos à dignidade das mulheres** que diariamente ocorrem por todo o mundo.

Se dúvidas houvesse quanto ao insucesso das políticas mundiais no combate à discriminação, desigualdade e violência contra as mulheres, as estatísticas relativas à mutilação genital feminina seriam suficientes para demonstrar o seu completo falhanço.

O costume de extirpar total ou parcialmente os órgãos genitais femininos é uma forma particularmente brutal de violência sobre as mulheres e tem as suas raízes numa concepção radicalmente injusta e discriminatória quanto ao lugar que as mesmas devem ocupar na sociedade, colocando-as numa posição de inferioridade face aos homens que exercem uma função de controlo sobre a sua sexualidade, a sua autonomia e as suas vidas.

(...)

Esta é **claramente uma questão**

de violação de direitos humanos a que todos somos igualmente sensíveis e é bom verificar que estamos de acordo e não temos complexos em o assumirmos.

Efectivamente, como afirmou recentemente a euro deputada Emma Bonino **“os direitos humanos são património mundial, não tem limitações geográficas nem fronteiras, devendo preocupar todas as pessoas”**.

(...)

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na reunião desta semana, na Presidência do Conselho, aprovou 15 diplomas, dos quais uma Proposta de Lei, uma Proposta de Resolução, seis Resoluções e sete Decretos-Lei.

A Proposta de Resolução aprova a Convenção entre a República Portuguesa e República da Estónia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, e o Protocolo Adicional a ela anexo, assinados em Tallin, em 12 de Maio de 2003.

A Convenção aprovada por este diploma destina-se, fundamentalmente, a estabelecer as regras aplicáveis à tributação dos



rendimentos de um residente de um dos Estados contratantes no outro Estado. Essa tributação incide, designadamente, nos rendimentos dos bens imobiliários, lucros das empresas, dividendos, juros, royalties, mais valias, pensões e outros. Aplicam-se como princípios orientadores, os da não discriminação, procedimento amigável, e da troca de informações.

Utilização nos casinos de equipamento electrónico de vigilância

A Proposta de Lei autoriza o Governo a legislar sobre a possibilidade de utilização nas salas de jogos dos casinos de equipamento electrónico de vigilância e controlo, como medida de protecção de pessoas e bens.

De acordo com o estabelecido no artigo 52.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 422/89, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 10/95, “as salas de jogos são dotadas de equipamento electrónico de vigilância e controlo, como medida de protecção de pessoas e bens”.

A importância atribuída ao referido sistema de vigilância, através de circuito interno de televisão (CCTV), justifica que os custos decorrentes da sua instalação, nas salas de jogos dos casinos, sejam integralmente suportados por dinheiros públicos, como decorre do disposto no n.º 2 do mesmo artigo 52.º.

É que, constituindo receita do Estado uma elevada percentagem (30%, 35% ou 50%, conforme os casinos) dos lucros brutos dos jogos e tendo em conta a enorme dificuldade de controlo dos movimentos financeiros numa sala de jogo, o CCTV constitui um sistema privilegiado de controlo e de prova de eventuais irregularidades.

Neste momento, todas as salas de jogos dos casinos estão já equipadas com sistemas CCTV.

Acontece, no entanto, que o Tribunal Constitucional, através do Acórdão n.º 255/2002, considerou que a utilização dos referidos equipamentos constitui uma limitação ou restrição do direito à reserva de intimidade da vida privada, sendo, por isso, matéria da competência

legislativa reservada da Assembleia da República, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 165.º da Constituição.

Deste modo, e considerando que os sistemas CCTV instalados nas salas de jogos dos casinos são propriedade do Estado, tem de assegurar-se que a sua utilização por um organismo oficial (Inspeção-Geral de Jogos) é feita em regime de total legalidade.

Estrutura de missão para acompanhamento do quadro financeiro da União Europeia, 2007 a 2013

Por Resolução do Conselho de Ministros é criada a estrutura de missão para acompanhamento técnico das negociações relativas ao quadro financeiro da União Europeia para o período de 2007 a 2013.

O presente diploma visa criar o enquadramento legal que permita dotar a Representação Permanente de Portugal junto da UE dos recursos humanos necessários para o atento acompanhamento das negociações das próximas Perspectivas Financeiras, de forma a viabilizar uma adequada prossecução dos interesses nacionais.

O quadro de pessoal da Representação Permanente de Portugal junto da UE, em Bruxelas, é manifestamente exíguo para o tratamento das complexas matérias em causa, que implicam um significativo acréscimo do trabalho e carecem de um acompanhamento permanente e em exclusividade.

Património imobiliário de serviços e organismos públicos

Outra Resolução determina o fornecimento ao Instituto Nacional de Estatística de informações relativas ao património imobiliário afecto e privativo de serviços e organismos públicos.

O actual cenário de contenção orçamental e de máximo rigor na realização de despesas públicas impõe a rentabilização, racionalização e optimização do uso dos recursos públicos, mormente ao nível do património imobiliário utilizado pelos serviços e organismos públicos, no âmbito de uma política global e estratégica de gestão integrada do Património do Estado, enquanto instrumento privilegiado de consolidação das finanças públicas.

Torna-se, assim, indispensável o conhecimento caracterizado, a breve trecho, do nível de ocupação de todos os imóveis do Estado afectos aos serviços e organismos públicos, dos pertencentes ao património privativo dos organismos autónomos, bem como dos imóveis utilizados em regime de arrendamento, possibilitando a detecção de situações de património sub-utilizado e excedentário, com vista à sua requalificação, revalorização e rentabilização, para subsequente reafecção racional, alienação, ou recurso a outras figuras legais adequadas. É este o objectivo da presente Resolução.

Operacionalização da Reforma da Administração Pública

Esta Resolução aprova um documento designado “Operacionalização da Reforma da Administração Pública - Áreas de Actuação e Metodologias de Aplicação”, o qual contém um conjunto de regras e procedimentos que deverão ser adoptados pelos serviços e organismos da Administração Pública, de modo a dar suporte às acções de intervenção necessárias à prossecução do quadro legal aprovado e, bem assim, à continuidade e aprofundamento dos processos de mudança comuns a toda a Administração Pública.

Esta Resolução estabelece, também, a constituição de um Núcleo de Acompanhamento da Reforma (NAR) em cada Ministério, com a função de dar cumprimento às orientações e procedimentos gerais contidos no referido documento.

No âmbito dos institutos públicos, a presente Resolução prevê, ainda, a aplicação da metodologia constante do documento, atribuindo à comissão para a reavaliação dos institutos públicos, prevista no artigo 50.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, a responsabilidade de apresentar, até 15 de Abril de 2004, o seu programa de trabalhos. O diploma procede ainda à aprovação da composição desta comissão.

Conselho de Ministros

Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato

Aprovado por Resolução o Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato sendo que o Plano de Ordenamento hoje aprovado pelo Governo incide sobre o plano de água e respectiva zona de protecção da albufeira (500 metros contados a partir do Nível de Pleno Armazenamento da albufeira), integrando parte do município da Covilhã.

Plano de Pormenor da Área Central da Vila de Valença e suspensão parcial do Plano Director Municipal

Por Resolução são ratificadas as medidas preventivas de salvaguarda da revisão do Plano de Pormenor da Área Central da Vila de Valença, bem como a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Valença.



Encontrando-se neste momento em revisão o Plano de Pormenor da Área Central da Vila de Valença, o estabelecimento de medidas preventivas destina-se a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possa limitar a liberdade de planeamento e comprometer ou tornar mais onerosa a execução da revisão do mencionado Plano de Pormenor.

Por seu lado, a suspensão parcial do Plano Director Municipal, cuja revisão se encontra igualmente em curso, justifica-se pela verificação de circunstâncias excepcionais, resultantes da alteração significativa das perspectivas de desenvolvimento económico e social local, encontrando-se aquele plano desadequado relativamente às necessidades da gestão urbanística local e às soluções em estudo para a mesma área, as quais serão contempladas na respectiva revisão, em consonância com a revisão do Plano de Pormenor da Área Central da Vila de Valença.

Passa a domínio privado do Estado o Prédio Militar “Campo de Aljubarrota”

Por Resolução é desafectado do domínio público militar e integra no domínio privado do Estado o Prédio Militar n.º 2/Porto Mós, designado “Campo de Aljubarrota”, no município de Porto de Mós. A presente Resolução visa criar as condições que permitam a

reafecção à Fundação Batalha de Aljubarrota, por um período de 99 anos, de um prédio militar com valor cultural, considerado inadequado à função militar, requalificando-o de acordo com a Lei n.º 107/2001, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

Isenção de IVA nas vendas a exportadores nacionais

Por é alterado o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 198/90, de 19 de Junho, que prevê a isenção do IVA nas vendas de mercadorias efectuadas a exportadores nacionais.

Da aplicação do regime de isenção do IVA, verificam-se, actualmente, constrangimentos de ordem prática, como consequência do seu desajustamento às regras comunitárias aplicáveis ao regime de exportação.

Desta situação resultam dificuldades acrescidas no exercício de um efectivo controlo das mercadorias declaradas, com especial relevância na determinação da estância competente para a entrega da declaração aduaneira de exportação, que está relacionada com os

locais de apresentação das mercadorias à alfândega, conforme estabelecido nas Disposições de Aplicação do Código Aduaneiro Comunitário.

Neste sentido as alterações aprovadas pelo presente diploma têm como objectivo, no essencial:

- Ajustar o preceito legal acima referido às normas que definem o regime aduaneiro de exportação, nomeadamente quanto aos locais de apresentação das mercadorias;
- Adequar os procedimentos em vigor à informatização da declaração aduaneira de exportação que, em princípio, estará on-line no primeiro semestre de 2004;

- Criar condições que garantam um maior controlo do cumprimento do regime, tendo em vista a prevenção e repressão da fraude fiscal.

Pessoal integrado no quadro do Instituto Português de Conservação e Restauro

Um Decreto-Lei alarga o prazo da aplicação do regime de recrutamento excepcional para as carreiras de conservador-restaurador e de técnico profissional de conservação e restauro ao pessoal integrado no quadro do Instituto Português de Conservação e Restauro.

O presente diploma estende, pelo período de dois anos, a possibilidade de aplicação do regime acima referido ao pessoal integrado no quadro do Instituto Português de Conservação e Restauro, cujo processo de reestruturação orgânica foi recentemente concluído. Esta decisão do Governo é ditada pela necessidade de corrigir a situação de desigualdade que, de outro modo, se geraria relativamente a este grupo de pessoal.

Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração local

Um Decreto-Lei procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.

O estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, prevê a sua aplicação, com as necessárias adaptações, à administração local mediante decreto-lei.

O presente diploma visa proceder à adaptação daquele regime às

Conselho de Ministros

especificidades da administração local autárquica. Os aspectos que não se encontram regulados neste Decreto-Lei e que não se encontram excepcionados no n.º 1 do artigo 1.º, regem-se pelos normativos da Lei n.º 2/2004.

Comissões de coordenação e desenvolvimento regional

Um Decreto-Lei altera o Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, que extingue as comissões de coordenação regionais e as direcções regionais do ambiente e do ordenamento do território e cria as comissões de coordenação e desenvolvimento regional no âmbito do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

O presente projecto introduz, concretamente, duas alterações ao artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 104/2003.

A primeira consiste em dar uma nova redacção à alínea j) do n.º 1, visando restringir a inerência dos presidentes das CCDR, aí prevista, apenas ao exercício de funções de administração em associações.

A segunda alteração consubstancia-se no aditamento de um n.º 3 àquele artigo, o qual, mantendo embora, em relação aos presidentes das CCDR, a inerência relativa ao exercício de funções em órgãos sociais de empresas (como são os casos das sociedades Polis), antes prevista na citada alínea j, estende agora tal inerência aos vice-presidentes.

Regulamento da Náutica de Recreio

O crescente desenvolvimento da náutica de recreio implica um número cada vez maior de embarcações e de desportistas náuticos, o que justifica a necessidade de um permanente ajustamento do regime jurídico aplicável a essa actividade, de forma a permitir uma maior celeridade e flexibilidade no processo de registo das embarcações e certificação dos navegadores de recreio, sem prejuízo da garantia do nível de segurança exigível para as embarcações e seus utilizadores.

Com a aprovação deste Decreto-Lei, o Governo introduz significativas alterações ao actual quadro legal, destacando-se, particularmente, as seguintes:

- A adopção de uma nova classificação das embarcações de recreio, quanto à zona de navegação, que põe termo a uma certa confusão entre zona de navegação e categoria de concepção da embarcação que a anterior legislação, por usar as mesmas siglas para os dois atributos, acabou por estabelecer;

- A definição de um processo de avaliação a aplicar a embarcações de recreio com comprimento superior a 24 metros, dado não estarem tais embarcações abrangidas pelo processo de avaliação estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 96/97;

- A aplicação de novas regras respeitantes a vistorias e a registo das embarcações, a cartas de navegadores de recreio e seus limites e à avaliação da aptidão física e mental dos candidatos a navegadores de recreio, bem como a actualização do valor das coimas a aplicar por violação do disposto no presente diploma;

- A alteração de algumas disposições, tendo em vista a sua articulação com o disposto no Decreto-Lei n.º 96/97, diploma que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 94/25/CE, de 16 de Julho, relativa à aproximação de disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-membros respeitantes a embarcações de recreio resultando agora claro que as embarcações com certificação de conformidade (marcação CE) não podem ser reavaliadas, no que diz respeito aos aspectos cobertos pela avaliação de conformidade, para efeitos de autorização do seu registo em Portugal;

- A revogação do normativo que regulamenta a navegação de recreio em albufeiras, tendo em conta a observância do parecer fundamentado que sobre a matéria, a Comissão Europeia dirigiu ao Estado Português, por não ter sido observado o disposto no n.º 1 do artigo 8.º da Directiva 98/34/CE, de 22 de Junho, relativa a um procedimento de informação no domínio de normas e regulamentações técnicas.

As alterações ao actual quadro legal mereceram a aprovação do Conselho da Náutica de Recreio.

Regulamento de Produção e Comercialização de Materiais de Viveiro

Foi alterado, por Decreto-Lei, o anexo n.º 1 do Regulamento de Produção e Comercialização de Materiais de Viveiro CAC (Conformitas Agraria Communitatis) de Fruteiras, aprovado pela Portaria n.º 106/96, de 9 de Abril, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva 2003/111/CE da Comissão, de 26 de Novembro de 2003, relativa à comercialização de material de propagação de fruteiras e de fruteiras destinados à produção de frutos.

Por razões de cariz nacional, que se prendem com a harmonização de regras de produção, controlo e comercialização para todas as espécies de fruteiras produzidas no País, e consequente homogeneidade na designação e características de qualidade do material de propagação de fruteiras (material CAC), foi publicada a Portaria n.º 29/2003, a qual veio dar uma nova redacção ao acima mencionado anexo n.º 1, de modo a que todos os materiais de viveiro fiquem sujeitos às mesmas regras de produção e comercialização e sejam submetidos ao mesmo tipo de controlos, o que até agora não acontecia relativamente a alguns géneros e espécies de fruteiras.

A recente aprovação da Directiva n.º 2003/111/CE, da Comissão, relativa à comercialização de material de propagação de fruteiras e de fruteiras, destinados à produção de frutos, que veio alterar o anexo II da Directiva n.º 92/34/CEE, do Conselho, implica que seja necessário dar uma nova redacção ao já referido anexo n.º 1 da Portaria n.º 106/96, transpondo para o direito nacional a citada directiva.

Por outro lado, passa a aplicar-se automaticamente, a este novo anexo n.º 1, a Portaria n.º 68/2002, a qual aprovou a tabela de taxas devidas à Direcção-Geral de Protecção das Culturas (DGPC), relativa a serviços prestados na área do licenciamento de produtores e fornecedores e do controlo e certificação de materiais de propagação.

Regime jurídico das situações de pré-reforma

Por Decreto-Lei são repostos em vigor os artigos 12.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 261/91, de 25 de Julho, que aprova o regime jurídico das situações de pré-reforma.

Na sequência dos compromissos assumidos por este Governo no respectivo Programa, foi elaborado, discutido e aprovado, pela Lei n.º 99/2003, o Código do Trabalho.

Constituiu propósito desta reforma adequar e adaptar a legislação laboral à nova realidade social e económica, actualizando-a e modernizando-a, privilegiando igualmente a sistematização do quadro normativo vigente, de forma a tornar clara a sua aplicação. Neste contexto, o Código do Trabalho regulou também o instituto da pré-reforma, previsto nos artigos 356.º a 362.º daquele diploma, consagrando o que dispunha o Decreto-Lei n.º 261/91, mormente no que se refere à relação entre trabalhador e empregador. Por essa razão, o artigo 21.º, n.º 1, da Lei n.º 99/2003, revogou expressamente o Decreto-Lei n.º 261/91.

Sucede, porém, que o instituto da pré-reforma não se cinge estritamente à relação jurídico-laboral entre trabalhador e empregador, compreendendo igualmente direitos e deveres em matéria de segurança social que não foram devidamente acautelados no diploma em causa. Em face da revogação total operada e com a entrada em vigor do Código do Trabalho, no passado dia 1 de Dezembro de 2003, os artigos 8.º, 9.º, 12.º e 15.º, relativos aos direitos dos trabalhadores em matéria de segurança social, não se encontram presentemente em vigor.

Torna-se, por isso, imperioso ripristinar (repor em vigor) a respectiva eficácia à data referida, a fim de evitar qualquer vazio legal e, sobretudo, não pôr em causa os direitos adquiridos dos trabalhadores. Assim, neste momento, sem prejuízo das necessidades de rever e actualizar o regime jurídico da pré-reforma, importa acautelar os direitos dos trabalhadores em matéria de segurança social, ripristinando os artigos 8.º, 9.º, 12.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 261/91.



Manuela Ferreira Leite em Coimbra

«A oposição é liderada por um bloco de extrema-esquerda»

A ministra de Estado e das Finanças, esteve presente na passada sexta-feira, em Coimbra, no colóquio comemorativo dos dois anos de governo da coligação. Manuela Ferreira Leite, numa intervenção muito forte e que foi vigorosamente aplaudida pela audiência, defendeu que "... A oposição que temos é liderada por um bloco de esquerda, uma extrema-esquerda. Não funciona por estratégias nem objectivos, mas por casos. Não tem sabido fazer oposição com sentido de Estado", considerou.

A ministra das Finanças lamentou que o executivo liderado por Durão Barroso não consiga "discutir nenhum problema de fundo com a oposição" e sustentou não existirem "julgamentos intermédios", frisando que o governo "será julgado em 2006".

Ao intervir no auditório do Instituto Português da Juventude (IPJ), a ministra de Estado e das Finanças mostrou-se convicta de que a retoma é notória este ano em vários sectores, mas será mais evidente para as pessoas e famílias em 2005.

"Iniciámos uma retoma segura e sustentada. Em 2004 essa retoma sentese nos diferentes sectores, mas vai chegar mais francamente às pessoas e às famílias em 2005", afirmou.

Para Manuela Ferreira Leite, "não é por se iniciar a retoma que se deve abandonar o ímpeto reformador" nem as políticas devem ser mudadas "por se entrar em ciclos eleitorais".

"Se conseguirmos uma política rigorosa, é natural que consigamos arranjar fórmulas para ter margem para reduzir os impostos", reiterou a titular da pasta das Finanças.

Autarcas, dirigentes políticos e deputados do PSD e do PP estiveram presentes no debate, que encheu o auditório do IPJ de Coimbra.

Crescimento da despesa pública deve

ser pré-definido

Em consonância com as preocupações de Manuela Ferreira Leite, quanto à disciplina e controle da despesa pública, o professor do Instituto Superior de Economia e Gestão, Álvaro Pina propôs, durante uma conferência promovida pelo Banco de Portugal que o crescimento da



despesa pública seja pré-definido.

O banco central promoveu, terminando no dia da deslocação de Manuela Ferreira Leite a Coimbra, uma conferência centrada no tema desenvolvimento económico português no espaço europeu, na qual vários professores universitários apresentaram comunicações sobre política orçamental, mercado de trabalho, programas públicos e desenvolvimento.

A proposta de Álvaro Pina decorre de um estudo sobre a redução do défice orçamental nos anos do governo socialista em Portugal que, concluiu, assumiu

"contornos singulares", por se considerar que "não correspondeu a uma verdadeira consolidação orçamental".

Ao contrário, adianta o docente do ISEG, "registou-se um forte aumento da despesa corrente primária [sem juros], só possível devido à conjugação de aumentos da receita e de significativas e irrepetíveis reduções nas despesas com

regional e local e segurança social.

As excepções apontadas são quatro, duas das quais respeitam aos juros da despesa pública, porque dependem da evolução das taxas de juro, as quais estão fora do controlo do governo, e os subsídios de desemprego, que dependem da conjuntura.

Uma terceira excepção é o investimento público, por ser vulnerável a cortes na despesa e que deverá continuar a ser relativamente maior do que a média europeia, devido ao quadro comunitário de apoio.

Pina menciona, por fim, as despesas da administração regional e local, para o qual propõe a adopção de mecanismos que garantam maior estabilidade de receitas e a manutenção de restrições ao endividamento.

O crescimento da despesa, concretiza Pina, deve ser definido em termos reais, descontando o efeito da inflação, para o horizonte de um mandato governamental.

Assim, em cada ano, o Orçamento do Estado converteria o valor real decorrente para valores nominais, para o que utilizaria uma previsão do nível de preços na economia.

O professor do ISEG propôs ainda constituição de um organismo independente de previsão, aconselhamento e avaliação na área orçamental.

Uma das suas funções seria a elaboração de todas as estimativas macroeconómicas subjacentes à política orçamental, o que permitiria evitar "a tendência de tais previsões pecarem por excesso de optimismo".

Em todo o caso, Pina afirma que "apesar da grande importância de um organismo independente, a responsabilidade final pela política orçamental deve permanecer nas mãos do governo democraticamente eleito –

Fonte: Lusa. Fotos: Lusa

Pedro Santana Lopes em Roma recebido em audiência pelo Papa



Pedro Santana Lopes, na sua qualidade de Presidente da UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Oficial Portuguesa, foi recebido no passado dia 12, no Vaticano, pelo Papa João Paulo II.

A ocasião serviu para Santana Lopes explicar a Sua Santidade o papel que a UCCLA vem desempenhando na concretização de "acções em prol da solidariedade com os que mais necessitam", destacando a construção de escolas em São Tomé e Bissau, a reconstrução da Casa dos Rapazes no Huambo (Angola), a reabilitação de monumentos históricos ou as acções de formação desenvolvidas nas cidades-membro da União. Por outro lado, o edil lisboeta garantiu ao Sumo Pontífice o apoio da sua autarquia na construção da nova catedral da cidade, que se localizará junto ao Parque das Nações, e na realização, em Lisboa, no próximo ano, do Congresso Internacional para a Evangelização.

Pedro Santana Lopes intercedeu junto do Papa por todos os que falam português (língua em que decorreu o encontro), e em memória das vítimas dos atentados em Madrid, por todos os falantes de castelhano. Na ocasião, o autarca ofereceu a Sua Santidade uma imagem em madeira policroma, do século XVIII, de São Vicente que, com Santo António, é um dos padroeiros de Lisboa.

Notícias do PSD/Porto

«Saúde, Europa e as Euro-Regiões» debate com a Ministra da Saúde de Espanha

O presidente da distrital social-democrata do Porto, Marco António Costa pretende constituir uma comissão permanente de contactos em várias áreas entre o PSD/Porto e o PP espanhol, nomeadamente com as estruturas da Galiza do actual Governo.

Este sentimento político foi desvendado no encontro que ocorreu recentemente na cidade do Porto, entre a estrutura da Distrital e a ministra da Saúde de Espanha, Ana Pastor, que a convite de Marco António Costa aceitou debater a «Saúde, Europa e as Euro Regiões».

O líder social-democrata do Distrito do Porto defendeu este princípio porque, na sua opinião, é necessário obter parcerias conjuntas para vencer o próximo desafio eleitoral, as Europeias do mês de Julho.

«Esta será, sem dúvida, uma estratégia ganhadora», afirmou o presidente da Distrital que adiantou ainda estar «convicto que o PP, nas eleições legislativas

espanholas e o PSD nas legislativas de 2006 voltarão a governar o povo ibérico».

A ministra da Saúde espanhola anunciou no Porto que em breve irá ser assinado um convénio alargado de cooperação no sector da saúde, entre os governos de Portugal e Espanha, que englobará a partilha de recursos e profissionais de unidades hospitalares de referência.

O convénio luso-espanhol privilegiará áreas distintas de cooperação como: investigação, assistência a cidadãos dos dois países, segurança alimentar e vigilância epidemiológica. A ministra espanhola dirigiu palavras de apreço ao líder da Distrital social-democrata do Porto, enaltecendo o trabalho de cooperação que tem vindo a desenvolver entre o PP galego e o PSD do Porto. «Considero este trabalho como um impulso que faz história entre os dois partidos», referiu a ministra da Saúde. Ao finalizar a sua intervenção, Ana Pastor, agradeceu a disponibilidade do líder da Distrital, participar na campanha eleitoral do PP espanhol na Galiza.

Notícias de Mértola

Recuperação do Centro Histórico com protocolo no âmbito do PRAUD

O Secretário de Estado do Ordenamento do Território, Paulo Taveira de Sousa, deslocou-se há dias a Mértola, para presidir à Cerimónia de assinatura de um protocolo de financiamento no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), bem como para realizar uma visita à Vila de Mértola e ao Parque Natural do Vale do Guadiana.

O programa iniciou-se com a recepção na Câmara Municipal, seguida de visita ao Centro Histórico e ao Centro Polivalente de Interpretação e Divulgação do Parque Natural do Vale do Guadiana, na “Casa do Lanternim”

Pelas 12 e 30, em sessão solene, foi assinado no edifício dos Paços do Concelho, o Protocolo de Constituição do Gabinete Técnico Local de Mértola, no âmbito do PRAUD, seguindo-se um almoço de trabalho no Pomarão, com a participação da Presidência do Instituto de Conservação da Natureza e da Directora do PNVG.

No início da tarde, foi visitada a mina de S. Domingos e logo depois, o Centro de Interpretação da paisagem de Amendoeira da Serra (CIPAS) e Pulo do Lobo.

O Gabinete Técnico Local de Mértola

O Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD) tem como objectivo levar a cabo, junto das autarquias, operações de reabilitação ou

renovação de áreas urbanas degradadas, através de auxílios técnicos e financeiros, consagrando esta temática como uma opção importante do Ordenamento do Território.

O PRAUD apresenta duas vertentes distintas: uma relativa à comparticipação de operações de reabilitação ou renovação de áreas urbanas degradadas, e outra destinada à criação, na dependência das Câmaras Municipais, de Gabinetes Técnicos Locais, constituídos por equipas pluridisciplinares, com vista à elaboração de estudos que assegurem a preparação das operações referidas.

O Gabinete Técnico Local de Mértola, cujo protocolo nesta ocasião foi assinado, teve origem numa candidatura apresentada pela Câmara Municipal em 2003 e vai permitir à Câmara realizar intervenções no Centro Tradicional da Vila de Mértola – O Centro Histórico e o Arrabalde, estando em causa as áreas mais antigas da vila, que neste momento têm um significativo número de habitações em mau estado de conservação e sem condições mínimas de habitabilidade e o piso de muitas das ruas, no mesmo estado das casas.

O gabinete compõe-se de 3 arquitectos, 2 engenheiros civis, 1 técnico urbanista, 1 jurista, 1 técnico de serviço social, 1 historiador /arqueólogo, 1 topógrafo, 1 medidor orçamentista, 1 desenhador, 1 administrativo e 1 fiscal de obras e o seu encargo anual participado no programa, ascende a quase 216 mil euros. - **Gab. Press. Min. Amb.**

Notícias dos Açores

Encontro de Victor Cruz com o Primeiro-Ministro grego



O vencedor das eleições gerais da Grécia, realizadas no passado fim-de-semana, foi uma das personalidades com que Victor Cruz se encontrou no último congresso do Partido Popular Europeu (PPE).

Quando da sua recente deslocação a Bruxelas, o presidente do PSD/Açores trocou impressões com o então líder da oposição grega e agora Primeiro-Ministro eleito, Costa Caramanlis.

O novo chefe do governo grego, presidente da “Nova Democracia”, partilha a mesma família política que integra o Partido Social Democrata e, por isso, participou no recente encontro de líderes europeus do PPE, que contou com a presença de Victor Cruz.

Ao vencer domingo o partido de esquerda que se encontrava no poder há cerca de uma década, Costa Caramanlis, 47 anos, tornou-se no mais jovem primeiro-ministro da Grécia desde a II Guerra Mundial.

- **Gab. Press. PSD/Açores**



MNE em visita oficial à China

Diplomacia Económica; Teresa Gouveia impulsiona relações bilaterais

Empresários acompanham ministra

No início deste mês a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Teresa Gouveia, deslocou-se à China em visita oficial, tendo iniciado a sua missão de “diplomacia económica” na manhã de dia 1 de Março, altura em que chegou à capital, Pequim, liderando uma delegação empresarial.

Esta foi a visita oficial portuguesa à China, com maior importância política, desde a transferência de Macau para a administração chinesa em 1999. Com a deslocação de quatro dias ao continente chinês, que inclui uma passagem por Xangai, capital económica da China, Teresa Gouveia pretende impulsionar as relações bilaterais, “sobretudo económicas” porque, conforme afirmou aos jornalistas, os números mostram que Portugal é o país da União Europeia com menos trocas comerciais com a China.

A delegação empresarial é chefiada pelo presidente do ICEP, Pedro Líbano Monteiro e integra, entre outros, os “patrões” das corticeiras Amorim e Vinocor, da Efacec, Portugal Telecom e da Profabril.

Durante a visita realizou-se paralelamente uma reunião da Comissão Económica Mista luso-chinesa destinada a impulsionar as relações empresariais bilaterais, concebida para reunir anualmente mas parada há cinco anos.

Na Universidade de Estudos Estrangeiros

Neste primeiro dia, à tarde, a Ministra visitou a Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim, onde funciona um dos quatro leitorados de língua portuguesa na China, que dá formação a cerca de 300 alunos por ano, em língua portuguesa, alguns em cursos de licenciatura (duas em Pequim e uma em Xangai) e os restantes em cursos com diferentes níveis leccionados noutras cidades do país (Cantão, Xiamen e Chengdu). Este pequeno contingente de chineses fluentes em língua portuguesa, formado todos os anos é, em regra, recrutado para incorporar a rede de embaixadas chinesas, Agência Nova China, Banco da China e empresas privadas, espalhadas pelos países da lusofonia.

Durante a visita Teresa Gouveia teve a oportunidade de afirmar a necessidade de um “aumento” da formação de falantes em língua portuguesa no país mais populoso do mundo. “Nós gostaríamos que o ensino do português se desenvolvesse mais na China,” disse a chefe da diplomacia portuguesa que frisou “a necessidade de formar mais gente” nesta área, em vista do aumento das relações entre a China e os países onde se fala português.

“Sabemos a importância que a China atribui às relações com os países de língua oficial portuguesa”, assinalou a ministra, salientando o facto de, além de Portugal, o idioma ser também falado em países em “grande desenvolvimento”, como o Brasil, Angola ou Moçambique.

No topo da lista dos países de língua portuguesa com que a China tem mais relações económicas está o Brasil, seguindo-se Angola e depois Portugal.

Durante o seu encontro com a reitora da universidade, Teresa Gouveia anunciou que, neste caso concreto, Portugal irá propor um aumento do número de turmas para o ensino do português na UEEP, uma das 100 universidades de topo da China, onde são leccionados 32 idiomas.

O curso de licenciatura em português da UEEP, actualmente com



70 alunos, só em cada dois anos abre candidaturas para a formação de novas turmas no idioma falado por 200 milhões de pessoas no mundo.

A reitora, Chen Naifang, indicou que a universidade está disposta “a aumentar” o número de estudantes de português, mas para tanto “é preciso o apoio do governo de Portugal”.

“Nós vamos preparar uma proposta para o aumento do número de estudantes de língua portuguesa”, respondeu Teresa Gouveia, especificando que Portugal irá elaborar um plano para ser debatido numa reunião a agendar da Comissão Mista luso-chinesa para a Cultura, Ciência e Tecnologia.

Com o Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês

Ainda terça-feira, a Ministra reuniu com o conselheiro de Estado, Tang Jiaxuan, antigo chefe da diplomacia chinesa, promovido no ano passado a alto responsável para as relações externas com Taiwan, Hong Kong e Macau e ao findar do dia participou numa recepção com a pequena comunidade portuguesa residente na China, que ronda as setenta pessoas, dos quais cerca de metade reside na capital chinesa, segundo números da Embaixada de Portugal em Pequim.

No dia seguinte, Teresa Gouveia teve o primeiro encontro de alto nível, com o seu homólogo chinês, Li Zhaoxing, marcado pela assinatura de um instrumento que, estabelecendo os mecanismos de diálogo ao mais alto nível, para assegurar, entre a China e Portugal, consultas políticas regulares”.

“Este é um nível de diálogo indispensável para a aproximação entre os dois países”, referiu.

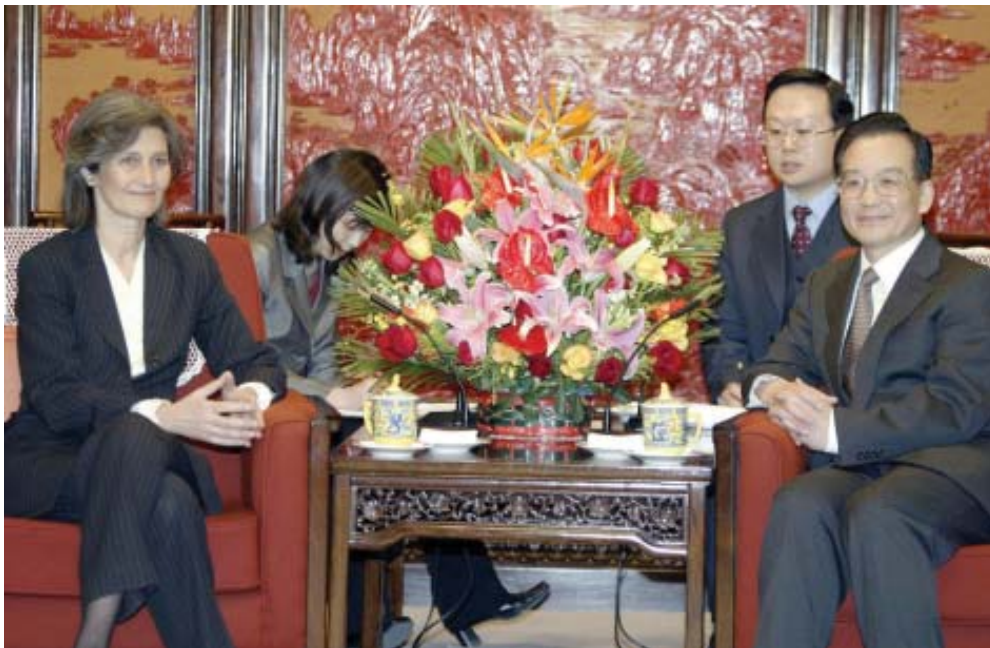
Por seu lado e em declarações à Agência Lusa, o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês disse esperar que o protocolo “possibilite um aumento das relações e concertações bilaterais”, quer ao nível das relações bilaterais, quer no âmbito da União Europeia e outras organizações internacionais. Após a transferência de Macau para a administração chinesa, os contactos de alto nível verificados até 1999 tiveram uma forte quebra.

A questão dos direitos humanos, também debatida durante o encontro, será um dos temas a abordar ao nível



MNE em visita oficial à China (Conclusão)

O Primeiro-Ministro Wen Jiabao e o Ministro dos Estrangeiros de Pequim desejam aproximação a Portugal



das reuniões ministeriais Portugal-China, realçou Teresa Gouveia, após a reunião. “Pareceu-me significativa a abertura com que a questão dos direitos humanos foi abordada durante o encontro”, comentou a ministra, recordando que a China se prepara para incluir na Constituição, pela primeira vez após a subida ao poder dos comunistas, em 1949, a garantia da protecção dos direitos humanos, a par do respeito pela propriedade privada, num conjunto de medidas que é considerada a mais importante e significativa da nova geração de dirigentes chineses.

Teresa Gouveia assegurou ainda a Li Zhaoxing que Portugal “deseja” que seja levantado o embargo de vendas de armas da União Europeia à China.

Ao nível das relações económicas, o chefe da diplomacia chinesa, que visitou Portugal em Junho do ano passado, demonstrou a Teresa Gouveia “o interesse em que mais empresas portuguesas possam estar presentes na China”. Portugal é o país da União Europeia com menos trocas comerciais com o “gigante asiático”, e o número de investimentos portugueses no continente chinês não enche uma página mas, em 2004, é esperada uma intensificação ao nível do relacionamento bilateral.

“O presidente da República português vai visitar a China ainda este ano”, indicou Teresa Gouveia, acrescentando que “o Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, irá em breve a Portugal. Já recebemos a confirmação, estamos à espera das datas”, acrescentou.

No segundo semestre deste ano é aguardada em Pequim a visita da ministra portuguesa da Ciência e Ensino Superior, Maria da Graça Carvalho.

Primeiro-Ministro chinês advoga “maior aproximação” entre dois países

Após a reunião com o seu homólogo, Teresa Gouveia foi recebida em audiência pelo Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, que lhe manifestou o desejo de poder registar uma “maior aproximação” política e económica com Portugal.

Nas palavras da ministra portuguesa, “... o Primeiro-Ministro mostrou a vontade da China de aproximação a Portugal, ao nível do desenvolvimento dos contactos políticos e também económicos”, o que será mais fácil com o acordo antes assinado e no qual é prevista a realização de encontros entre os dois ministérios a um ritmo anual, permitindo romper com a quebra nos

contactos de alto nível verificados após passagem de soberania do antigo território português de Macau.

“O Primeiro-Ministro e eu referimos que a forma como decorreram as negociações da transferência de Macau e o bom desenvolvimento que tem havido no território são um motivo suplementar de aproximação entre os dois países,” realçou, assinalando, por outro lado, que Wen Jiabao “agradeceu” a posição favorável de Portugal em relação ao levantamento do embargo de venda de armas à China imposto pela União Europeia desde 1989.

Na Primavera, a União Europeia deverá tomar uma decisão sobre o embargo. Os países da UE que ainda se opõem ao seu levantamento apontam como motivo a situação dos direitos humanos na China. Teresa Gouveia qualificou de “significativa a abertura com que a questão dos direitos humanos foi abordada durante o encontro”.

Teresa Gouveia assinalou ter ficado “bem impressionada” com o estilo dos novos dirigentes, dizendo

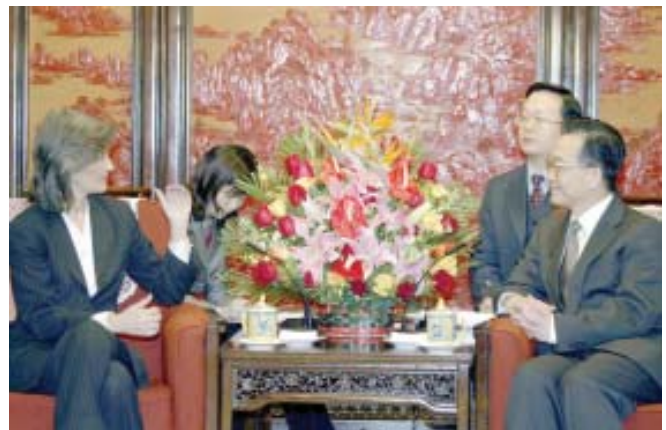
que “... felicitei o Primeiro-Ministro pelo modo como tem conduzido o país, quer consolidando o desenvolvimento económico quer dando uma grande atenção às questões sociais,” disse.

O Primeiro-Ministro tinha enfatizado em encontros recentes com dirigentes do país, a necessidade de um “desenvolvimento sustentado”, acentuando ser fundamental dar prioridade “às pessoas” e à “qualidade” do crescimento económico, em vez do simples aumento estatístico.

“Penso que estas duas componentes (social e económica) podem conduzir a China a ser uma das maiores potências mundiais, e naturalmente, um dos parceiros com que Portugal quer continuar a ter uma relação privilegiada”, realçou a ministra dos Negócios Estrangeiros.

Com esta reunião terminou a visita a Pequim seguindo Teresa Gouveia na quarta-feira para Xangai, a “capital económica” da China, onde Portugal tenciona abrir um consulado “no fim deste ano, princípio do próximo,” segundo revelou a ministra.

Em Xangai tiveram primazia os contactos de carácter económico, com a participação da componente empresarial da comitiva da ministra dos Negócios Estrangeiros portuguesa. – Fonte: Lusa



Reacções oficiais aos atentados em Espanha

«O terrorismo é um mal absoluto» afirmou o Primeiro-Ministro antes de partir para Madrid

No final da tarde do passado dia 11, quando o Mundo mal se refazia da surpresa e do horror do atentado em Madrid, que fez 190 mortos e 1.400 feridos, muitos com gravidade, o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, condenou em palavras duras atentado, e associou-se, como chefe do Governo e em nome do País, à dor e angústia de toda a Espanha. Pediu ainda a realização do “Minuto de silêncio”, em consonância com o mesmo momento e a mesma acção, no país vizinho e declarou um dia de Luto Nacional.

Durão Barroso tinha interrompido, de manhã, o Conselho de Ministros para telefonar ao seu homólogo espanhol, José María Aznar, assegurando o “apoio de Portugal” na luta contra o terrorismo.

Numa missiva que enviou depois a Aznar, Durão Barroso assegurou mais uma vez ao chefe do Governo espanhol que “poderá contar com o forte apoio e colaboração determinada de Portugal, na luta contra todos aqueles que recusam a via da democracia e se querem afirmar pelo terrorismo e morte de inocentes”.

Na mesma linha, a ministra dos Negócios Estrangeiros, Teresa Gouveia, repudiou “os selváticos atentados ocorridos em Madrid”, classificando-os de “actos covardes”.

“Estes atentados e o momento em que são perpetrados [a três dias das eleições espanholas] visam o próprio sistema democrático e o estado de Direito em Espanha, na Europa e no Mundo”, defendeu, assegurando que “Portugal continuará vigorosamente empenhado no combate ao flagelo do terrorismo”.

A Assembleia da República associou-se também a este sentimento generalizado de condenação dos atentados, com a aprovação, por unanimidade e aclamação, de um voto de protesto e com a colocação a meia haste da bandeira portuguesa no exterior do Parlamento.

O voto de protesto, elaborado pelo Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, sublinhava a “mais veemente indignação e repulsa” perante os atentados em Madrid”.

“Estando a decorrer um processo eleitoral em Espanha, os promotores e autores de tamanha barbaridade declaram-se contra a democracia e portanto também contra a liberdade”,



refere o voto, cuja leitura foi presenciada pelo embaixador de Espanha em Lisboa.

Também o líder parlamentar do PSD, Guilherme Silva, destacou o significado político destes atentados, perpetrados a três dias das eleições espanholas.

“São atentados contra a democracia e contra cada um de nós”, sublinhou Guilherme Silva, acrescentando que “não há justificação para nenhum acto terrorista”.

Durão Barroso desloca-se a Madrid para a manifestação de desagravo e solidariedade

Na declaração ao País, transmitida pela Rádio e TV, feita a partir da residência oficial de S. Bento, Durão Barroso tinha já afirmado que “nenhum país está imune” ao terrorismo e que a única via para combater este mal passa pela “determinação”.

“O terrorismo é um mal absoluto, perante o qual só há uma resposta: determinação absoluta, sem dúvidas ou hesitações”, sublinhou, considerando que os atentados em Madrid representam um ataque aos valores da Liberdade, Democracia e Estado de Direito.

Questionado no final sobre a possibilidade dos atentados terem sido praticados por outra organização terrorista que não a ETA, o Primeiro-

precisamente estas palavras que transmitiu ao seu homólogo espanhol, José María Aznar, quando lhe falou ao telefone, ainda na manhã do atentado e após ter conhecimento do sucedido, o que fez interrompendo o Conselho de Ministros, que então decorria.

No final da sua mensagem, Durão Barroso afirmou ainda que o dia de hoje ficará “marcado” em todo o mundo, como o dia em que foram “atacados” os valores da democracia.

No dia seguinte e juntamente com a Ministra dos Negócios Estrangeiros e o Embaixador de Portugal em Madrid, o Primeiro-Ministro representou o País na manifestação a-partidária em Madrid, tendo antes reunido com o seu homólogo espanhol.

Além de Durão Barroso, o palácio de Moncloa (sede do Governo) recebeu ainda os Primeiros-Ministros italiano, Silvio Berlusconi, e francês, Jean-Pierre Raffarin, que tomaram lugar, com os seus homólogos português e espanhol, na primeira linha da manifestação, que decorreu pelas 19 horas, um comvente gesto de solidariedade para com as vítimas dos atentados de quinta-feira.

De forma a poder estar presente nesta iniciativa, Durão Barroso cancelou todos os seus compromissos para a tarde do dia seguinte aos atentados.

Ministro limitou-se a afirmar que esta não é a altura para questionar a autoria “destes actos bárbaros” e que “Devemos rejeitar absolutamente o terrorismo, seja quem for o autor destes bárbaros atentados”.

Antes, no início da sua declaração, Durão Barroso manifestou, em seu nome e no do Governo, o “repúdio” e “veemente indignação” pela acção terrorista em Madrid, um acto que classificou de “bárbaro”.

“O País está inteiramente solidário com Espanha”, sublinhou ainda o Primeiro-Ministro, acrescentando que foram



A vitória nas legislativas de 2002

Momento de viragem para o País

Há condições reais para melhorar a qualidade de vida dos portugueses



Na noite de Sábado, militantes e simpatizantes do PSD, dirigentes e quadros superiores do nosso Partido, membros do Governo e José Manuel Durão Barroso, na dupla qualidade de Presidente do PSD e Primeiro-Ministro, estiveram reunidos num grande jantar, que comemorou a vitória do PSD nas eleições legislativas de há dois anos. A vitória, sem a qual não seria possível iniciar a grande viragem que se seguiu, em conjuntura de grande crise económica internacional, e que tem levado, em dois anos, à realização de políticas reformistas de largo e longo alcance e a recuperação de Portugal do caos económico e financeiro, para que o tinha atirado seis anos de governo socialista.

À entrada para o jantar, o presidente do PSD, abordado por jornalistas, afirmou que o País está “num momento de viragem” e garantiu que a partir de agora há condições objectivas para melhorar a qualidade de vida dos portugueses. “Vamos estar melhor em 2006 do que quando, há dois anos e numa emergência nacional, tivemos de agarrar o País”.

“Faz agora dois anos que houve uma crise. O anterior governo

demitiu-se e assumimos a governação numa situação de emergência nacional, com as contas públicas perfeitamente descontroladas”, disse.

Explicou que, após estes dois anos a “pôr a casa em ordem”, o Governo vai agora “arrancar para o crescimento e garantir melhores condições de vida aos portugueses, com estabilidade e determinação”.

Referindo-se ao desemprego, Durão Barroso disse que não se pode optar por “falsos remédios para verdadeiros problemas”, realçando assim que o Estado não pode empregar toda a gente, que a criação de postos de trabalho se faz criando primeiro condições às actividades da sociedade civil para que possam gerar emprego sólido e duradouro.

Faltavam poucos minutos para as 21 horas quando o presidente do PSD e Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso, acompanhado do Secretário-Geral, José Luís Arnaut, do presidente da Distrital do PSD/Porto, Marco António Costa e de outros membros do Governo e deputados na Assembleia da República, deu entrada no Mercado Ferreira Borges, no Porto, aplaudido por mais de um milhar de pessoas.

Era o início da festa comemorativa do segundo aniversário da vitória legislativa de 2002 à qual também se associou a Distrital do CDS/PP do Porto, cujo presidente se encontrava na mesa de honra, ladeando Durão Barroso.

«Uma Maioria, um Projecto por Portugal» - foi o tema escolhido para o jantar e que através de grandes painéis decoravam o mercado.

Intervenção de Marco António Costa

O líder social-democrata portuense, Marco António Costa, abriu a sua intervenção explicando o carácter simbólico que o local adquiriu para o PSD. “O mercado Ferreira Borges está carregado de simbolismo, já que foi neste local que, oito dias antes das eleições das legislativas de 2002, se deu um dos maiores comícios com a presença do Dr. José Manuel Durão Barroso. Recordo que a afluência de pessoas foi de tal modo que obrigou a transferir o evento para o exterior, Largo do Infante, num momento que muitos apontavam como decisivo para a vitória do partido», referiu, o presidente do PSD/Porto.

Este dirigente nomeou objectivamente o antigo ministro das Finanças e actual cabeça-de-lista do PS para as europeias, Sousa Franco,

terem encostado à extrema-esquerda, recusando a ideia de que a coligação PSD/CDS-PP esteja a “guinar” à direita. «O líder da oposição é, sem dúvida, o mais pequeno dos partidos com assento parlamentar».

Durão Barroso entusiasma a assistência

O presidente do PSD e Primeiro-Ministro, no seu improviso que fez vibrar e aplaudir entusiasmadamente os convivas, disse que Portugal está agora num ponto de viragem. Após dois anos a arrumar a casa, uma vez que foi obrigado a “agarrar o País numa situação de emergência” – dado que o anterior Governo se demitiu e não foi capaz de levar até ao fim as suas responsabilidades -, chegou o momento de «arrancar para o crescimento e garantir aos portugueses um futuro melhor».

E continuou: «Em 2005 e 2006 já haverá um crescimento robusto. O Governo tem agora um objectivo prioritário: o aumento da produtividade com qualidade e o crescimento das exportações».

Graças ao controle do défice, fixando-o abaixo do dos três por cento, Portugal não perderá o acesso aos fundos de coesão.

Durão Barroso lamentou o facto da oposição, nomeadamente o PS,



como um dos principais responsáveis pelo pântano financeiro em que ficou o país após a fuga do Governo do executivo de Guterres. «Sei que irrita o PS falar desse tempo, mas a verdade é para ser dita...»

Acusou ainda os socialistas de se

não se ter congratulado pelo facto do actual Governo ter conseguido, em dois anos, um défice abaixo do limite imposto pela EU. «Mas, no clubismo partidário, não foram capazes de reconhecer essa vitória do País», e recordou que o Governo



A vitória nas legislativas de 2002 (Conclusão)

Dois anos para «arrumar a casa» Chegou o momento de arrancar para o crescimento e o futuro



de Guterres sabia que tinha criado uma situação que não era capaz de resolver, pelo que optou pelo caminho do mais fácil: a fuga.

O actual Governo luta e não se demite

O actual Governo luta e não se demite: «Peço confiança aos portugueses, porque esta é uma altura de retoma», apelou o Primeiro-Ministro, que anunciou ainda que a Entidade Reguladora da Saúde, por sugestão do presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, ficaria no Porto. «Não quero que se diga que em Portugal só há Lisboa e o resto é paisagem. E aprová-lo está a descentralização de serviços e massa crítica que o Governo está a efectuar em todo o país. O Norte do país e o Distrito do Porto em particular já começaram a sentir esse efeito».

Adiantou ainda que seguindo a política de prioridade dada à região Norte, que pretende que seja «das mais competitivas da Europa», referiu que a primeira linha de TGV será a do Porto-Vigo.

Noutro ponto do seu discurso, o presidente do PSD referiu-se aos actos terroristas “absolutamente abjectos” perpetrados quinta-feira em Espanha, defendendo que em democracia

“aquilo de que devemos ter medo é do próprio medo”. A resposta ao terrorismo não deve ser apenas das autoridades, mas também da sociedades, num combate com “absoluta determinação e serenidade”.

Transmitindo a sua “sensibilidade pessoal” sobre os atentados, que fizeram 200 mortos e 1.400 feridos, Durão Barroso disse que perante o sucedido só se pode tomar uma atitude de repulsa, acrescentando: “Ademais, que se visou gente humilde, que ia para o trabalho ou para as aulas”, acrescentou.

A concluir o responsável máximo do PSD disse que «este Governo levará até ao fim as suas responsabilidades, quando antes foi preciso dissolver a Assembleia da República para ser encontrado nova maioria e novo Executivo».

O Governo assinala dois anos de trabalho e de luta

Nos últimos dois dias, todos os ministros participaram em jantares e colóquios destinados a assinalar o aniversário das eleições, em vários distritos de Norte a Sul do país. Recordemos que nas eleições legislativas de 17 de Março de 2002, o PSD, sem maioria absoluta,

mesmos que por ela eram directamente responsáveis – o PS - Durão Barroso teve ainda de enfrentar os acontecimentos no Iraque e os ataques da oposição relativos à atitude de Portugal nesse momento.

No Verão passado, o Governo voltou a viver momentos de grande desafio, pois foi duramente posto à prova pelos incêndios florestais que deflagraram por todo o país e causaram prejuízos imensos, dos quais os menores não foram a dor e consternação dos que mais directamente se viram envolvidos, bem como do País em geral.

Entretanto, cumprindo promessas eleitorais, o Governo avançou com diversas reformas de fundo, incluindo a “reforma das Reformas”, a da Administração Pública, que começou já a ser executada na prática; e a aprovação do novo Código do Trabalho, que tem gerado contestação de alguns sectores sindicais, principalmente os que são afectos ao Partido Comunista.

Ao assinalar o segundo aniversário sobre a vitória nas urnas, o Governo sente-se já com possibilidade de começar a fazer o discurso da retoma e da confiança no futuro próximo.

A 20 de Fevereiro, Durão Barroso anunciou que Portugal, pelo segundo ano consecutivo, tinha registado um défice inferior a 3% do Produto Interno Bruto, conforme as compromissos assumidos ante a União Europeia, fruto de um trabalho de extraordinário valor, não só do Governo, como de todo o País, igualmente unido na vontade de recuperação, de trabalho e de melhoria da situação. – **Fontes: Gab. Press. Dist. Porto e Lusa, Fotos Luís Saraiva.**

concretizou uma coligação governamental com o CDS/PP, a terceira força política saída das urnas, o que permitiu a formação de um governo de maioria estável e capaz de assegurar a plena capacidade governativa, numa situação que já se sabia grave, mas que poucos, fora do círculo mais íntimo da direcção socialista, sabiam como era crítica e à beira do abismo.

No último ano, além da permanente luta contra a péssima situação económica e financeira, que foi pontuada por ataques permanentes, dos quais, os maiores, foram conduzidos exactamente pelos



Ecos da VII Cimeira Portugal-Brasil

A visita do Primeiro-Ministro foi um acontecimento marcante nas relações dos dois países

A visita oficial do Primeiro-Ministro ao Brasil, que terminou na terça-feira da semana passada, foi um acontecimento marcante nas relações luso-brasileiras, não apenas pelos resultados da VII Cimeira, como pelo que foi conseguido por Durão Barroso e pelos ministros que o acompanharam, em termos de influência e de perspectivas para o futuro.

Na edição anterior, dissemos que, na presente, daríamos notícias mais detalhadas sobre os acontecimentos da fase final da visita. Esses acontecimentos merecem destaque e registo, a começar pela entrevista concedida pelo Primeiro-Ministro ao importante jornal “Folha de São Paulo”, na qual Durão Barroso afirma que “Portugal vai voltar a crescer já este ano, de acordo com todas as previsões independentes. Eu penso que em 2006/2007 teremos níveis de crescimento já muito, muito importantes, crescendo acima da média da União Europeia”, declarou o chefe do Governo português.

Depois de um período de elevados investimentos das grandes empresas portuguesas no Brasil, fazendo com que Portugal fosse o sexto maior investidor em 2002 no país irmão, José Manuel Durão Barroso referiu que “o que está a haver é uma mudança qualitativa interessante”, pois “já não são as grandes empresas que fazem investimentos, são pequenas e médias empresas que estão presentes”.

Para o Primeiro-Ministro, a economia do Brasil estará sempre entre as sete ou oito maiores do mundo, independentemente das dificuldades que possam ocorrer.

“Quero passar uma mensagem, quer aos brasileiros, quer aos portugueses, uma mensagem de confiança e de aposta estratégica de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal”, realçou, acrescentando que “Portugal à partida oferece condições intangíveis de boa vontade para o investimento brasileiro. Não tenho a pretensão de dizer que Portugal seja a única porta de entrada do Brasil no mercado europeu, mas é uma porta natural”.

Há um aspecto das relações Portugal-Brasil que desgosta Durão Barroso: “O que me desilude ainda um pouco, para falar com franqueza, é o baixíssimo nível das trocas comerciais entre Portugal e o Brasil”, afirmou, questionando-se “...como é que, apesar de toda a ligação humana pessoal, o Brasil foi em 2002, apenas o 22º fornecedor de Portugal e Portugal vende ao Brasil menos de 0,5 por cento do total das suas exportações? Não é normal”.

E a uma pergunta sobre as razões dessa situação, Durão Barroso disse: “Penso que a dificuldade pode estar talvez no facto de que não temos, nem um nem o outro país, o conhecimento dos circuitos de distribuição. Há, de um e outro lado, dificuldades de natureza administrativa e burocrática”.

Noutra vertente da entrevista, Durão Barroso comentou a legalização de imigrantes brasileiros em Portugal: “Se há algum problema, eu posso assegurar que não há da parte do Governo português qualquer má vontade. Ao contrário, o que queremos é ajudar a resolver a situação dos brasileiros em Portugal. Disso não há a menor dúvida”, declarou Durão Barroso.

Defesa do entendimento Brasil-Estados Unidos

Têm surgido algumas posições divergentes entre a Área Livre do Comércio das Américas e o Brasil, situação que também foi abordada pelo chefe do Governo, que afirmou ao entrevistador: “Há posições diferentes entre o Brasil e os EUA, mas isso não é grave. O importante é que o Brasil e os EUA entendam que são os dois grandes países do hemisfério e que é útil que se entendam





Ecos da VII Cimeira Portugal-Brasil (continuação)

Durão Barroso não aceita o baixo nível de trocas comerciais entre Portugal e o Brasil

sobretudo em questões do comércio global. Temos que encontrar uma plataforma mínima”.

“Espero, aliás, que a reunião EUA-América Latina no México, em Maio, seja essa plataforma” afirmou, adiantando que “... o problema é que as elites da América Latina, muitas vezes, têm ainda um complexo de inferioridade, que nós em Portugal e em Espanha ultrapassámos nos últimos anos. Em vez de estarem com complexo, que façam o melhor para o seu país e que utilizem as estruturas democráticas para desenvolver o seu país, nomeadamente a questão da estratificação social, que é o grande problema da América Latina”.

Comentando a Política Agrícola Comum da União Europeia, contestada por países da América Latina, Durão Barroso realçou que é “quase o acordo fundacional” da União Europeia e que, “... simplificando: os franceses aceitaram a indústria alemã e os alemães aceitaram a agricultura francesa. Portanto, há uma rigidez muito grande em relação a essas posições”, disse o Primeiro-Ministro. “Acho muito difícil, falando com franqueza, num futuro imediato, um desmantelamento da protecção agrícola na Europa, porque em alguns países há compromissos muito fortes em relação a esse sector”, acrescentou.

Falando do actual Presidente brasileiro, Durão Barroso afirmou que “... Portugal e o conjunto da Europa vêem com muita simpatia o Presidente Lula. Sinceramente. E até entendemos que está a fazer reformas muito difíceis num país que é uma grande economia, mas tem dificuldades que são conhecidas. Espero que o Presidente Bush me perdoe por fazer esta revelação, mas ele já me disse que tem grande simpatia pessoal por ele. Gostou muito dele, houve uma boa química entre os dois, o que não me admira nada, porque conheço ambos e sei que são pessoas muito directas e frontais”.

Sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o líder do Governo português observou: “Temos de fazer mais, mas a verdade é que a CPLP tem feito mais do que parece”, dando dois exemplos de intervenções positivas da CPLP, nas crises políticas recentes em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau. “De maneira discreta, é certo, mas a CPLP tem desempenhado um papel positivo e com grande coesão. Eu gostaria, no entanto, que a CPLP fosse mais conhecida no Brasil”, afirmou, já a finalizar a entrevista.

Encontro com Lula da Silva

A reunião de Durão Barroso com Lula da Silva, decorreu em Brasília antes dos trabalhos da cimeira, que além dos motivos normais de destaque, tem ainda o de ser Portugal é o único país com quem o Brasil mantém cimeiras bilaterais, mecanismo de consultas regulares instituído em 1991.

Durão Barroso, acompanhado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros, Teresa Gouveia, e da Economia, Carlos Tavares, assistiu, depois dos trabalhos, à assinatura de acordos destinados a reforçar as relações económicas e políticas entre os dois países.

Aspectos ligados às negociações entre o Mercosul e a União Europeia, o papel da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e o desenvolvimento da língua portuguesa no mundo fizeram parte dos temas discutidos na Conferência, que teve no final as declarações dos dois estadistas, que expressaram a sua satisfação pela forma como esta tinha decorrido e tornaram públicos os pontos de vista concordantes e as boas expectativas dos dois países em relação ao futuro das relações bilaterais.

A visita do Primeiro-Ministro português, teve uma componente muito importante na captação de investimentos e na promoção económica de Portugal e decorreu num período de grande dinamismo empresarial dos dois países, tendo sido considerada por responsáveis da Presidência da República do Brasil como de “grande importância”.

Ainda em Brasília, Durão Barroso ofereceu um jantar em honra do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na residência oficial do embaixador de Portugal. No dia seguinte, terça-feira, Durão Barroso deslocou-se a São Paulo e assistiu a um concerto alusivo aos 450 anos da fundação da cidade, que decorreu no Pátio do Colégio dos Jesuítas tendo sido apresentadas obras do músico português do século XVIII André Silva Gomes, interpretadas pelo Américantiga Coro e Orquestra, dirigido por Ricardo Bernardes.

O Primeiro-Ministro visitou depois a Estação da Luz, local onde irá funcionar o futuro Centro de Língua Portuguesa e almoçou com o governador



Ecossistema da VII Cimeira Portugal-Brasil (Conclusão)

Reuniões com Lula da Silva com o Governador de São Paulo e com grandes empresários brasileiros

do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Reunião com os maiores empresários brasileiros

Antes de regressar a Lisboa, ao fim da tarde e já fora do programa oficial, Durão Barroso reuniu-se com empresários responsáveis por algumas dos maiores grupos do Brasil, que já mostraram interesse em investir em Portugal e na Europa.

Esta presença foi praticamente uma surpresa, pois apenas contava, à partida, com a presença do Ministro da Economia, que tinha afirmado, ainda em Brasília que “é chegado o momento de se passar da fase de intenções à fase de concretização de projectos bilaterais”.

Carlos Tavares revelou que existe uma carteira de 15 grandes projectos de investimento de grupos brasileiros em Portugal, em áreas que vão do turismo à siderurgia e às tecnologias de informação e química, entre outras.

“Queremos inverter o fluxo do investimento e trazer para Portugal interesses brasileiros, o que aliás já começou a acontecer em 2003, uma vez que os empresários brasileiros investiram mais em Portugal do que os portugueses no Brasil”, referiu, lembrando que Portugal tem condições atractivas para o investimento brasileiro e para ser base de uma actuação dos interesses empresariais brasileiros na União Europeia, afirmando que “... Temos tudo o que os outros países europeus podem oferecer e ainda mais, a língua e uma relação especial entre os dois países e povos”, assinalou.

O Ministro da Economia garantiu que o Brasil continua a ser prioridade para Portugal e revelou que o Núcleo Empresarial de Promoção Externa considera o Brasil, na sua estratégia para as exportações portuguesas, como “um dos mercados prioritários para 2004 e 2005”.

A criação de um Conselho Empresarial Portugal-Brasil, que foi anunciada no final da cimeira, foi considerada pelo ministro como uma medida que pode permitir colocar empresários dos dois países em contacto permanente e ao longo de todo o ano.

“Os empresários brasileiros podem ajudar os portugueses a aceder ao mercado do Brasil e o mesmo pode acontecer da parte dos nossos empresários, podendo assim tornar mais fácil e mais fluidas as relações económicas”, disse Carlos Tavares, considerando que os dois países “não necessitam de mais acordos. É preciso é passar das palavras aos actos”.

Referindo-se aos investimentos portugueses no Brasil, defendeu que a internacionalização das empresas “tem de ser feita com os pés bem assentes no terreno e, para isso, torna-se necessário que sejam empresas competitivas no seu próprio mercado, ou seja, em Portugal. Esses investimentos têm de fazer parte de uma estratégia de complementaridade das empresas em relação à sua actuação em Portugal”, disse o ministro, referindo-se às “joint-ventures” como uma das formas correctas de actuação no Brasil. Defendeu ainda um “reposicionamento dos empresários em relação ao mercado brasileiro” e lembrou que o Brasil deve ser cada vez mais “um mercado para vender o que de bom se produz em Portugal”. – Fontes: Lusa, DN, Público. Fotos: Lusa e Bruno Portela





AMADORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e nos termos regulamentares aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Secção da Amadora do PSD, para reunir no próximo dia 26 de Março de 2004, pelas 21h30, na sede do PSD da Amadora, sita na Avenida 11 de Setembro, loja 16-A, na Amadora, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação das contas referentes ao ano de 2003;
3. Análise da situação política.

AVEIRO (DISTRITAL)

Ao abrigo do artigo 37º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro, para uma reunião a realizar no próximo dia 22 de Março de 2004 (segunda-feira), pelas 21h00, no Auditório das Piscinas Municipais de Albergaria-a-Velha, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apreciação e votação do Relatório e contas de 2003;
3. Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento de 2004;
4. Análise da situação política.

ALGÉS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção do PSD, para uma reunião a realizar no próximo dia 30 de Março de 2004, pelas 21h30, na sede desta secção sita em Linda-a-Velha, Avenida Carolina Michaelis, 37-Loja, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação Política;
2. Aprovação das contas de 2003.

NÚCLEO DE ÁGUAS SANTAS/ PEDROUÇOS

Nos termos do artigo 59º dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Águas Santas/ Pedrouços, para reunir no dia 23 de Abril de 2004, pelas 21h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Apreciação do Relatório de Contas do ano de 2003;
- 2- Aprovação do Plano e Orçamento para 2004;
- 3- Informações;
- 4- Análise da situação Política.

TROFA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção da Trofa, para reunir no próximo dia 2 de Abril de 2004, pelas 21h30, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de São Martinho de Bougado-Trofa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Ratificação das Contas de Gerência de 2003;
2. Plano de Actividades e Orçamento para 2004;
3. Análise da situação político-partidária.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo do disposto no artigo 51º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se uma sessão ordinária da Assembleia de Secção do PSD de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 26 de Março de 2004 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede distrital do PSD, sita na Rua Coronel Afonso do Paço, nº46 (Praça da Galiza), em Viana do Castelo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Período Antes da Ordem do Dia- 30 minutos;
2. Informação do senhor Presidente da Comissão Política de Secção;
3. Discussão e aprovação das contas do ano de 2003;
4. Análise da situação política concelhia, distrital e nacional.

Nota: Se à hora marcada, não houver quórum a sessão terá início às 21h30, com qualquer número de militantes.



PORTO

Ao abrigo do artigo n.º 29, Título IV dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD Concelhia do Porto, para reunir no próximo dia 25 de Março de 2004, pelas 21h30, na Sede do Núcleo do Bonfim, sita na Rua de Entreparedes, n.º 80, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da Situação Política.

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção da Guarda, para reunir no próximo dia 18 de Abril de 2004, pelas 19h00, na Sede Distrital do PSD/Guarda, sita na Rua Infante D. Henrique, n.º 59 – 2.º Drt.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleições dos Órgãos Concelhios;
- 2- Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 3- Eleição da Comissão Política de Secção;
- 4- Eleição do Delegado dos Autarcas ao Conselho Distrital;
- 5- Eleição dos Delegados Residenciais ao Conselho Distrital.

Notas: As listas devem ser entregues até às 24h00 no dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, na Sede do PSD/Guarda. As urnas estarão abertas entre as 19h30 às 21h30.

MANTEIGAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Manteigas, para reunir no próximo dia 18 de Abril de 2004, pelas 15h00, na Sede do PSD/Manteigas, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleições dos Órgãos Concelhios;
- 2- Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 3- Eleição da Comissão Política de Secção;
- 4- Eleição do Delegado dos Autarcas ao Conselho Distrital;
- 5- Eleição dos Delegados Residenciais ao Conselho Distrital.

Notas: As listas devem ser entregues até às 24h00 no dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, na Sede do PSD/Manteigas. As urnas estarão abertas entre as 15h30 às 17h30.

Processo n.º 24/2003

Em 11.12.2003, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD recebeu um pedido de impugnação, apresentado pelo companheiro André Filipe Oliveira Tonel, militante n.º 53800, tendo por objecto a anulação das eleições para os representantes da JSD à Assembleia Distrital do PSD de Castelo Branco, realizadas em 29 de Novembro de 2003.

Reunido em Lisboa, no dia 17 de Janeiro de 2004, o CJN deliberou, ao abrigo do disposto no art. 1º, n.º 3, do seu Regulamento Interno, tomar conhecimento do pedido de impugnação – porquanto o fundamento da impugnação impedia o conhecimento da mesma por parte do Conselho de Jurisdição Distrital de Castelo Branco - e nomear como relator o vogal Pedro Amaral e Almeida, para apreciação, instrução do processo e redacção do projecto de acórdão, o qual veio a ser aprovado por unanimidade em reunião plenária do Conselho de Jurisdição Nacional, realizada no Porto, em 14 de Fevereiro de 2004, onde estiveram presentes os seguintes membros: Filipa Guadalupe, Pedro Amaral e Almeida, Paulo Cutileiro, Altino Freitas, Sara Santos Silva e Bernardo Azevedo.

ACÓRDÃO 03/2004**I – DOS MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO**

Em síntese, o impugnante alega o seguinte:

1- No referido acto eleitoral, votaram os membros do Conselho de Jurisdição Distrital da JSD de Castelo Branco;

2- Num universo eleitoral de 52 votantes, 5 votos a mais podem ter alterado substancialmente o resultado da eleição, dado que os representantes a ser eleitos eram em número de 34.

II- DA AUDIÇÃO

Foi notificado para audição o Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Castelo Branco tendo este respondido, em síntese, o seguinte:

1 - A interpretação que a Mesa do Conselho Distrital faz dos estatutos e do regulamento eleitoral não preclude a possibilidade de voto dos membros do CJN numa votação eleitoral.

2 - O acto eleitoral impugnado é do mesmo tipo das eleições para a Comissão Política Distrital onde o CJD tem direito de voto.

III – DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Foram tidos em conta como relevantes os seguintes documentos:

- (i) Caderno eleitoral com relação dos membros do Conselho Distrital que votaram no acto eleitoral;
- (ii) Acta da eleição.

IV – DA LEGITIMIDADE E DA TEMPESTIVIDADE

O impugnante tem legitimidade e a impugnação foi apresentada em tempo.

V – DA DECISÃO**i) DOS FACTOS PROVADOS**

- a) No dia 29 de Novembro de 2003, reuniu-se o Conselho Distrital de Castelo Branco para proceder à eleição dos representantes da JSD à Assembleia Distrital do PSD de Castelo Branco;
- b) Os 5 membros do Conselho de Jurisdição Distrital de Castelo Branco votaram nessa eleição, conforme decorre do caderno eleitoral junto;
- c) No total, votaram 42 conselheiros, tendo a lista A obtido 31 votos e a lista B 11 votos;
- d) Por aplicação do método de Hondt, a lista A elegeu 25 mandatos e a lista B elegeu 9 mandatos, num total de 34 representantes à Assembleia Distrital do PSD de Castelo Branco.

ii) DO DIREITO

Nos termos do disposto na alínea g) do art. 72º dos Estatutos Nacionais da JSD em vigor à data dos factos, o Conselho de Jurisdição Distrital faz parte do Conselho Distrital a título consultivo.

Do disposto nesta norma estatutária resulta inequivocamente que os membros do Conselho de Jurisdição Distrital não dispõem de direito de voto nas reuniões do Conselho de Distrital.

Mais ainda, o facto de esses membros fazerem parte do Conselho Distrital a título consultivo impede inclusive que possam usar da palavra por iniciativa

própria. Nos Conselhos Distritais, o Conselho de Jurisdição Distrital só pode intervir desde que para tal seja solicitado e essa intervenção só pode recair necessariamente sobre assuntos da sua competência.

É cristalina a razão de ser desta proibição de voto dos membros do Conselho de Jurisdição Distrital porquanto se trata de um órgão independente que tem de estar acima de qualquer contenda política e eleitoral.

Atenta à linearidade da norma estatutária em causa, não pode este CJN deixar de manifestar a sua surpresa com a interpretação que o Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Castelo Branco faz da mesma, defendendo que os membros do CJD possam votar nas eleições realizadas em Conselho Distrital.

Mas, o maior juízo de censura não pode deixar de recair sobre os membros do Conselho de Jurisdição Distrital de Castelo Branco os quais, ao terem votado na eleição em causa, praticaram um acto em flagrante violação dos EN/JSD, facto esse que manifestamente não podiam desconhecer atenta a natureza do órgão em causa.

Atento o tipo de acto eleitoral em causa – eleição de representantes por método de Hondt – os votos dos membros do CJD desvirtuaram por completo os resultados da eleição tendo em conta que na hipótese de os cinco votos serem subtraídos à votação de qualquer das listas, a distribuição dos representantes seria sempre diferente daquela que se registou no acto eleitoral (cfr. folha de cálculo elaborada pelo relator que se encontra junto ao processo).

iii) CONCLUSÃO

Em face do exposto, considera-se procedente o pedido de impugnação apresentado, **anulando-se**, com todas as legais consequências, **as eleições para os representantes da JSD à Assembleia Distrital do PSD de Castelo Branco, realizadas em 29 de Novembro de 2003.**

Notifiquem-se o impugnante, o Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Castelo Branco da JSD e o Presidente da Mesa da Assembleia Distrital do PSD de Castelo Branco.

Publique-se no Povo Livre e publicite-se no site da JSD.

Porto, 14 de Fevereiro de 2004

A Presidente do CJN/JSD
(Filipa Guadalupe)

Parecer 07/2003**Processo n.º 23/2003**

Em 22 de Novembro de 2003, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD recebeu um pedido de parecer apresentado pelo Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa, o companheiro Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões.

Reunido em Lisboa, no dia 29 de Novembro de 2003, em sessão plenária ordinária, onde estiveram presentes os membros Filipa Guadalupe, Pedro Amaral e Almeida, Altino Freitas, Paulo Cutileiro e Bernardo de Freitas Azevedo, deliberou, por unanimidade, o CJN/JSD, nos termos do disposto nos arts. 62º, alínea e), dos EN/JSD e do art. 1º n.º 2 alínea f) do Regulamento Interno do CJN, emitir o seguinte parecer:

Parecer 07/2003

I – DOS FACTOS

A questão suscitada pelo companheiro Alexandre Simões na qualidade de Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa, incide em saber se os militantes da JSD tem capacidade eleitoral, mesmo constando do caderno eleitoral fornecido pelos serviços centrais da JSD, que se encontram em situação de “morada desconhecida”.

II – DO DIREITO

Dispõe o art. 13º dos EN/JSD que “Qualquer militante será considerado para efeitos eleitorais...a partir do momento em que a sua inscrição constar nos ficheiros nacionais da JSD”.

Assim, uma vez adquirida a capacidade eleitoral pelo militante, com a inscrição e inclusão nos ficheiros nacionais, mantém a capacidade eleitoral.

Ao contrário dos EN/PSD, os EN/JSD não vinculam o militante a qualquer obrigatoriedade de actualização dos ficheiros, mas apenas e só, ao disposto no n.º 1 do art. 13º dos EN/JSD.

CONCLUSÃO:

Nestes termos, o CJN/JSD entende que o caderno eleitoral válido para quaisquer actos eleitorais é o fornecido, para o efeito, pelos serviços centrais da JSD, corroborando desta forma, com interpretação efectuada pela Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD.

Notifique-se o requerente.

Publique-se no Povo Livre e publicite-se no site da JSD

Lisboa, 29 de Novembro de 2003
A Presidente do CJN/JSD
(Filipa Guadalupe)

Convenção sobre pesca no Atlântico Nordeste: Joaquim Piscarreta defende clarificação de competências



O Deputado do PSD Joaquim Piscarreta, pronunciando-se em Estrasburgo, sobre uma proposta relativa às medidas de controlo aplicáveis na área da Convenção sobre a futura cooperação multilateral nas pescas do Atlântico Nordeste que garante um regime global de controlo e inspeção que permita a exploração sustentável dos recursos na área de aplicação desta organização internacional, defendeu que o Parlamento Europeu deve “impor à Comissão Europeia uma maior coerência para a gestão da pesca sustentável, exigindo a clarificação das competências comunitárias em

materia de inspeção e controlo. Exigiu também mais informação sobre os custos dos serviços de inspeção e controlo a operar nos Estados Membros”.

Joaquim Piscarreta sublinhou que “a Convenção sobre a futura cooperação multilateral nas pescas do Atlântico Nordeste (NEAFAC) prevê um mecanismo de controlo e inspeções das pescarias, tendo a União Europeia optado por repartir esta tarefa entre a Comissão Europeia e os Estados Membros”.

O Deputado social democrata defendeu que, na prática, porém, “esta situação originou problemas na sua aplicação, assim como alguns condicionalismos inerentes à divisão de responsabilidades. Sem rejeitar por completo o sistema escolhido pela UE, cabe ao Parlamento Europeu pressionar para uma maior clarificação das competências de cada entidade, tanto a Comissão Europeia como os Estados Membros.

E tal clarificação poderia passar pela criação de uma Agência de inspeção comunitária”.

João Gouveia preocupado com apoios aos produtores de azeite



O Deputado do PSD **João Gouveia** considerou em Estrasburgo, que “a reforma das organizações comuns de mercado (OCM) do azeite, algodão, tabaco e lúpulo, tal como está proposta, **não deverá conseguir evitar o abandono da produção, nem garantir a manutenção do rendimento das pessoas que nelas trabalham**”.

João Gouveia, comentando a votação que hoje o Plenário do Parlamento Europeu fez relativa às propostas da Comissão Europeia sobre alterações aos regimes das OCMs destes produtos, afirmou que, “*embora numa ambiência negocial reconhecidamente difícil, será de aguardar e desejar que a **decisão final do Conselho** venha a ser bem diferente e que contribua para uma afirmação positiva e responsável da União Europeia*”.

O Deputado social democrata manifestou preocupação pelo facto de o Plenário do Parlamento Europeu não ter seguido a alteração por si proposta e aprovada na Comissão de Agricultura “*que apontava para um **reforço do envelope financeiro para Portugal, no valor de 20 milhões de Euros***”.

Para João Gouveia, “*sem este **reforço não será possível garantir a continuidade do programa de plantação de 30 mil hectares de novo olival, a aplicar até 2006, aprovado pela Comissão Europeia em 1998. Acresce ainda que o relatório aprovado pelo Parlamento não integrou outras alterações adequadas e indispensáveis a uma justa e eficaz defesa dos interesses portugueses***”.

Raquel Cardoso:

A UE deve disponibilizar meios de prevenção e tratamento da epidemia de gripe aviária



A Deputada do PSD **Raquel Cardoso** defendeu em Estrasburgo, que a **União Europeia deve disponibilizar “todos os meios necessários para a prevenção e tratamento” da epidemia de gripe aviária.**

Raquel Cardoso afirmou que “*temos o dever de actuar no sentido de contribuir para uma **responsabilização determinada nas políticas de saúde** face a mais esta ‘nova’ doença, perante a qual nos sentimos impotentes*”, sendo urgente

perceber “*se outros animais da nossa cadeia alimentar não correm os mesmos riscos, como há poucos dias eram referidos os porcos como sendo dos mais vulneráveis a este tipo de vírus*”.

Na sua intervenção no Plenário do Parlamento Europeu, Raquel Cardoso começou por referir “*o efeito e o impacto na população mundial provocados*

pela pneumonia atípica durante grande parte do ano passado”.

Para a Deputada social democrata, “*a **impotência prolongada dos especialistas face a esta epidemia** gerou um novo tipo de insegurança que se traduziu num número elevado de vítimas, em primeiro lugar, e num clima de instabilidade perante a sociedade, porque pôs em evidência o risco de vida de todos os que pudessem contrair a doença*”.

Entendendo que “*a vida e a saúde são os bens mais preciosos de que dispomos*”, Raquel Cardoso manifestou preocupação “*face a esta nova epidemia -a gripe cujo vírus é proveniente das galinhas e para a qual ainda não foi encontrada solução. De acordo com estudos revelados recentemente pela comunidade científica, apenas existe uma certeza: é altamente contagioso*”.

Interrogando-se sobre o que fazer para contrariar este novo vírus, Raquel Cardoso questionou a eficácia da aplicação de vacinas bem como a tentativa “*de delimitar ou placar de bairros, cidades ou países à comunicação com o exterior*”, como se fez há 80 anos, com os resultados que se conhecem.

Questionando-se ainda sobre as condições de segurança em que se comercializam estas carnes por todo o mundo, Raquel Cardoso afirmou ser necessária “***informação mais completa, para que ao menos não se instale o pânico na população em geral***”.

PE aprova Relatório de Regina Bastos sobre conciliação da vida profissional, familiar e privada



O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, o Relatório da Deputada do PSD Regina Bastos sobre “conciliação da vida profissional, familiar e privada”.

No debate que ontem teve lugar, Regina Bastos considerou “um privilégio poder apresentar e debater o seu relatório no dia 8 de Março, em que se comemora o **Dia Internacional da Mulher** e no ano que foi proclamado **Ano Internacional da Família**”.

Regina Bastos afirmou que “**a vida profissional, a vida familiar e a vida privada são 3 facetas das nossas vidas mas são também 3 vidas complementares**” e considerou a conciliação destas três vidas “uma questão nuclear para que a igualdade entre os géneros seja uma realidade.

A promoção da igualdade entre homens e mulheres é ‘**uma missão primordial da Comunidade**’ que implica a necessidade de compensar a desvantagem das mulheres no que se refere às condições de acesso e participação no mercado de trabalho e a desvantagem dos homens no que se refere às condições de participação na vida familiar”.

Medidas Inovadoras

No seu relatório, agora aprovado pelo Parlamento Europeu, Regina Bastos defende que “os objectivos do Conselho Europeu de Lisboa e de Barcelona constituem grandes desafios da União e exigem medidas inovadoras:

- Os actuais e os novos Estados membros devem fazer um **acompanhamento do impacto das respectivas políticas nas famílias**. Este conceito original de ‘family mainstreaming’ deve ser distinto do conceito de ‘gender mainstreaming’;

- **As empresas devem ser sensibilizadas** para a conciliação da vida profissional e familiar

enquanto direito dos seus trabalhadores, responsabilidade social e instrumento essencial para promover uma maior produtividade;

- Deve ser criado, em colaboração com os parceiros sociais, um **Guia de boas práticas** para as empresas, que inclua a divulgação de casos de sucesso;

- A **organização do trabalho**, designadamente, a promoção do trabalho a tempo parcial e da jornada contínua e do teletrabalho podem ser uma resposta;

- A **criação de sítios Internet** com bases de dados de serviços úteis aos trabalhadores e divulgação das estruturas de apoio existentes;

- Sensibilizar e incentivar as entidades empregadoras a abrir ou manter **estruturas sociais de apoio** facilitadoras da conciliação da vida familiar e profissional como forma de promover o acesso ao emprego e a progressão na carreira;

- Concessão de **exonerações ou isenções fiscais às empresas**, ajuda em dinheiro e de vales, como por exemplo cheques guarda-educação, cheques-emprego serviço, etc.;

- **Apoios especiais a famílias monoparentais e para mães solteiras**, designadamente ao nível fiscal, rendas de casa e abonos familiares”.

Para Regina Bastos “**Temos que ser mais ambiciosos e ir mais longe**”. Por isso, enquanto relatora, Regina Bastos convidou a Comissão Europeia “a desenvolver os mecanismos necessários para a **elaboração de uma Directiva-Quadro sobre a Conciliação da Vida Profissional, Familiar e Privada**, de forma a que todos os Estados membros possuam os instrumentos e as respostas adequadas aos desafios da igualdade de oportunidades, do crescimento económico e do desafio demográfico”.

Incoerências e Diferenças

Na sua intervenção, a Deputada social democrata considerou ainda que “nos anos 90, houve um grande impulso e muita legislação comunitária foi implementada no domínio da igualdade de oportunidades entre os géneros. **Mas as políticas dos Estados-Membros carecem de coerência**”.

Para Regina Bastos, neste contexto, “duas questões devem ser tidas em conta:

- **O desafio demográfico**. Por um lado, o envelhecimento da população exige maior entrada de recursos humanos no mercado de trabalho. E esse acesso deve ser igualitário. Por outro lado, a necessidade de políticas familiares que favoreçam o crescimento demográfico.

- **O desafio do crescimento económico**. Que não pode dispensar medidas incentivadoras do trabalho das mulheres.

A coerência das políticas passa justamente pelo equilíbrio entre estas duas questões.

Se não existir na prática, haverá uma interacção negativa entre as duas, e a conciliação entre vida privada e vida profissional ficará irremediavelmente em perigo”.

Regina Bastos sublinhou ainda que “o ponto essencial desta questão, é que as mulheres devem sempre ter a possibilidade de **ESCOLHER** se querem trabalhar quando têm filhos ou se querem ficar em casa. Para isso, devem existir medidas que permitam às mulheres poder fazer a sua **OPÇÃO** sem que isso signifique prejuízo das suas carreiras ou das suas vidas familiares e privadas. Esta diversidade de situações deve ser salientada e tida em conta”.

Regina Bastos salientou também que na União Europeia “uma em cada 6 mulheres entre os 25 e os 54 anos é inactiva - nem empregada, nem desempregada - devido às suas responsabilidades familiares e porque não consegue conciliar a sua vida profissional e familiar. Impossibilitar ou dificultar a entrada das mulheres no mercado de trabalho é um factor de diminuição da produtividade europeia”.

Para Regina Bastos, “**as diferenças entre os Estados-Membros do Norte e do Sul da Europa, são eloquentes**. Temos que concentrar-nos nas boas práticas dos nossos parceiros da Dinamarca, Suécia e Finlândia que dispõem da mais elevada taxa de emprego feminina: 72,6% das mulheres entre os 15 e 64 anos trabalham e só 1,8% das mulheres na Suécia não trabalham. Em contraste com a Itália, por exemplo, que atinge os 30%.

Na Suécia, as mulheres gozam de uma larga escolha de creches. A Dinamarca dedica 3,8% da sua riqueza nacional às políticas para a família. Um recorde europeu. O abono é dos mais elevados da Europa: 380€ mensais. E a taxa de natalidade é de 1,73%, umas das mais elevadas da UE”.

Regina Bastos defende que “todos os actores desta temática - família, autoridades nacionais, locais e regionais e parceiros sociais - devem estar envolvidos e que o Método Aberto de Coordenação e a troca de boas práticas são um instrumento importante para a coordenação das políticas”.

A Deputada do PSD, citou as Conclusões do Conselho Europeu de Lisboa: “A participação equilibrada das mulheres e dos homens tanto na actividade profissional como na vida familiar, que é do interesse tanto dos homens como das mulheres, constitui um aspecto essencial do desenvolvimento da sociedade, sendo a maternidade, a paternidade e os direitos das crianças valores sociais eminentes que deverão ser protegidos pela sociedade, pelos Estados-Membros e pela Comunidade Europeia”.

Regina Bastos defendeu, pois, que “**a igualdade de facto de mulheres e homens, na esfera pública e na esfera privada, deve ser socialmente assumida como condição de democracia, pressuposto de cidadania e garante da autonomia e da liberdade individuais, com reflexos em todas as políticas da União Europeia**”.

Carlos Coelho defende “dimensão europeia” na luta contra a droga

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** defendeu no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, que “o crescente problema da droga é comum a todos os Estados Membros, o que evidencia, claramente, a **necessidade de uma dimensão europeia de luta contra a droga**. E essa dimensão europeia, sublinha o Deputado, tem-se vindo a evidenciar em acções que vão desde a adopção de instrumentos legais contra o fabrico e o tráfico de drogas até à cooperação com os países produtores e a promoção da prevenção e combate à toxicodependência”.

Carlos Coelho salientou que a proposta de Decisão-quadro do Conselho em discussão no Parlamento Europeu, “insere-se nessa dinâmica, e visa adoptar **regras mínimas comuns relativas aos elementos constitutivos das infracções penais no domínio do tráfico de droga** e dos precursores, que permitam uma abordagem comum mais eficaz da luta contra o referido tráfico.

Trata-se de uma nova consulta que é feita a este Parlamento, depois do Conselho ter chegado finalmente a um acordo, após mais de 2 anos de negociações. O relator propõe que não se apresente qualquer alteração, pois, face ao longo período de tempo que o Conselho necessitou para chegar a acordo, é preferível que aceitemos o texto tal como proposto.

Concordo com essa opinião, afirmou o Deputado social democrata, pois tem já, por si, um valor simbólico bastante grande, o facto de se ter concluído um tal acordo sobre esta matéria. Pelo menos demos um **passo**, que ainda que pequeno, é **determinante**, pois serve de incentivo para a União **na via da cooperação judicial em matéria criminal**. Sei que o meu país - Portugal - acolhe favoravelmente este projecto de Decisão-quadro, e que não suscita particulares dificuldades face ao nosso Direito”.

Carlos Coelho salientou ainda o facto de as definições utilizadas no âmbito da Decisão-quadro “serem baseadas nas Convenções já existentes da ONU sobre a luta contra o tráfico de droga. Pode-se dizer que embora estas definições não sejam as mais estritas, são, no entanto, o mínimo denominador comum que foi possível alcançar. Deste modo, **todos os tipos de tráfico, cultura e venda serão penalizados**; isto é, a produção, o fabrico, a venda, o transporte, a distribuição, o cultivo (de ópio, cannabis e cocaína), a posse e a aquisição, quando o objectivo seja uma das actividades proibidas”.

Por outro lado, Carlos Coelho defendeu que “**as sanções previstas pelos Estados Membros deverão ser eficazes, proporcionadas e dissuasoras**, incluindo penas privativas da liberdade. Para determinar o nível de sanções, este será tanto mais elevado de acordo com a quantidade e a natureza das drogas que são objecto de tráfico, bem como o facto de terem sido cometidas ou não no âmbito de uma organização criminosa.

A posse de pequenas quantidades de droga, para utilização exclusivamente pessoal - e de acordo com o que esteja definido na respectiva legislação nacional - não entra no âmbito de aplicação desta Decisão-quadro; logo, está dependente do Estado Membro decidir se penaliza ou não o consumo pessoal. **Esta Decisão-quadro não requer, assim, que nenhum Estado Membro altere a sua política em matéria de estupefacientes, em que os países que são mais tolerantes podem continuar a sê-lo.**

Em contrapartida, pretende-se **dissuadir o fenómeno do narcoturismo**, sendo bem-vinda a notícia que o Ministro Holandês da Justiça deu de que o seu Governo pretende dissuadir o fenómeno do turismo de estupefacientes, conferindo um maior rigor à sua legislação no sentido de restringir a venda que é feita nos ‘coffeshops’ apenas a residentes”.



Carlos Coelho apoia Directiva sobre livre circulação dos cidadãos da União

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** afirmou, em Estrasburgo, que “o Tratado de Amesterdão confere directamente a cada cidadão da União **um direito primário e individual de circular e residir livremente no território dos Estados Membros**, independentemente de exercer ou não uma actividade económica (o qual é, igualmente, consagrado na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia)”.

Para Carlos Coelho, “isto implica que os cidadãos da União devem poder deslocar-se entre os vários Estados Membros da mesma forma que os nacionais de um Estado Membro se deslocam ou mudam de residência dentro do seu próprio território.

Reconhecemos que **continuam a existir, actualmente, muitos obstáculos ao exercício deste direito fundamental**, uma situação que tem sido confirmada por numerosos acordãos do Tribunal de Justiça, sobre esta matéria. Por essa razão afigura-se imprescindível que esta Directiva seja aprovada, o mais rapidamente possível, de modo a simplificar-se o exercício do direito à livre circulação”.

Carlos Coelho defendeu, assim, a aprovação pelo Parlamento Europeu da posição comum tal como apresentada pelo Conselho, “a qual engloba uma grande parte das alterações propostas pelo Parlamento Europeu em 1ª leitura, e que me parece ser de uma maneira geral **bastante equilibrada**. Para além, de que, qualquer nova alteração irá implicar o reinício das negociações, que já se afiguram bastante longas, o que poria em causa a urgência da adopção desta Directiva, especialmente tendo em conta a proximidade do alargamento”.

Carlos Coelho salientou ainda as grandes propostas contidas nesta proposta de Directiva:

“- **reduzir as formalidades administrativas** ao absolutamente necessário.

- um direito à livre circulação **sem serem necessárias quaisquer formalidades** durante **um período de 3 meses**.

- introduzir um **direito de residência permanente após 4 anos de residência ininterrupta**, no Estado Membro de acolhimento.

- em relação ao conceito de família - a definição de Membros da família deve permanecer a da família nuclear (pais, filhos) - temos que reconhecer que a **harmonização das condições de residência aplicáveis aos cidadãos da União, não poderá de maneira nenhuma traduzir-se na imposição de modificações à legislação dos Estados Membros e às respectivas definições do estatuto de família**. O Tratado exclui o Direito da família do âmbito de competências da União. Logo, esta é uma área de competência nacional, e que tem a ver com as tradições culturais de cada Estado Membro.

- **Limitar a possibilidade de recusar ou rescindir o direito de residência, em relação a um cidadão da União, por razões de segurança e ordem pública**. Pretende-se reforçar a protecção do cidadão e membros da sua família, de forma a que o Estado Membro só tenha a possibilidade de decretar medidas de expulsão em casos excepcionais relacionados com a segurança e a ordem pública, devendo tratar-se de medidas excepcionais, avaliadas caso a caso, proporcionais e tendo em conta circunstâncias específicas como, por exemplo, o grau de integração do cidadão em causa”.

JSD/Algarve apoia implementação da Grande Área Metropolitana

A JSD/Algarve, através de um comunicado de imprensa (brevemente disponível em www.jsd.pt), tornou pública a sua satisfação pelo acordo obtido pelos autarcas algarvios na questão da descentralização administrativa, que optaram pela implementação da Grande Área Metropolitana.

“Este novo modelo organizacional transporta para as mãos dos algarvios um conjunto de matérias que estavam adstritas ao espartilho do poder central”, assinala o presidente da JSD/Algarve, Nuno Vaz Correia, que refere que é preciso sensibilizar as forças políticas regionais, bem como o movimento associativo e todas as organizações públicas e privadas, “no sentido de reforçar o consenso sobre esta matéria”.

Nuno Vaz Correia, também vogal da CPN, aproveitou a ocasião para congratular o Presidente da JSD pela sua candidatura a um órgão autárquico de freguesia: “Jorge Nuno Sá encarna o verdadeiro espírito da JSD, mostrando que, para nós, o importante é o projecto e não o salário”, afirma o dirigente algarvio. Neste sentido, não desperdiçou a oportunidade de criticar a líder da Juventude Socialista, Jamila Madeira, “que mendigou um lugar em Bruxelas, enquanto o presidente da JSD dá a cara por uma freguesia”.

XXI OVIBEJA: De novo o evento onde a JSD faz história

Aí está mais uma Ovibeja, importante certame anual que reúne em Beja milhares de interessados e mobiliza turismo e não só naquela região.

Como é hábito, a JSD do distrito terá à sua disposição um stand onde receberá militantes, dirigentes, simpatizantes, sem esquecer a actividade política.

Assim, os temas a abordar serão: prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, educação e inquérito sobre as saídas profissionais dos jovens do distrito.

A Comissão Política Distrital da JSD/Beja convida todas as distritais e companheiros interessados a dar um salto à bela cidade alentejana, fazendo uma visita ao stand. A feira estará patente entre 20 e 28 de Março.

JSD de Santarém em Estrasburgo

A convite do Deputado Carlos Coelho, também Presidente da CPD do PSD de Santarém, dirigentes e militantes da JSD Distrital de Santarém visitarão o Parlamento Europeu em Estrasburgo. A visita terá lugar no próximo dia 29 de Março.

JSD/Monchique ataca pouca sensibilidade socialista para a cultura local

Em comunicado, a Comissão Política de Secção da JSD/Monchique não deixa passar em claro o desinteresse do executivo rosa em dotar a Feira de Enchidos Tradicionais da Serra de Monchique de um local digno para a sua realização.

«Um evento que já se afirmou como o maior acontecimento deste concelho, que traz anualmente milhares de visitantes à Serra que aqui procuram os tão afamados enchidos tradicionais, assim como outros produtos e iguarias que delicias e cativam quem as prova (...) continua a realizar-se com um aspecto provisório, numa tenda improvisada, que custa anualmente aos cofres da autarquia uma quantia que depois destes anos já daria para construir dois Parques de Feiras.», pode ler-se no texto.

O comunicado, brevemente disponível no site da JSD, prossegue apontando o dedo a «políticas, onde as ideias para o futuro não passam de grandes Cartazes onde se apregoam projectos que não passam disso. Monchique revela-se cada vez mais um concelho envelhecido, onde os jovens têm que rumar a outras paragens».



Núcleo da JSD/Ranhados: Assinala o Dia da Árvore com uma Campanha Ambiental

No passado dia 7 de Março militantes da JSD/Ranhados (freguesia de Viseu) e outros militantes do concelho, acompanharam o Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Fernando Ruas, na inauguração das recentes obras efectuadas na freguesia.

Beneficiando da presença do executivo camarário, os jovens presentes aproveitaram para apresentar algumas propostas e dar conta da campanha de sensibilização ambiental que irá arrancar nos próximos dias.

Intitulada “A Floresta é de todas as cores. Ajude-nos a protegê-las”, a iniciativa consistirá, fundamentalmente, na colocação de cartazes por toda a freguesia.

Áreas Metropolitanas e Descentralização debatidas em Albergaria



Perante mais de meia centena de interessados, teve lugar no Auditório da Piscina Municipal de Albergaria-a-Velha uma conferência-debate subordinada ao tema “Áreas Metropolitanas e Descentralização”, promovida pela concelhia da JSD e que contou com a participação do Secretário de Estado da Administração Local, Miguel Relvas e do Vice-Presidente da CCDR do Centro e especialista em Planeamento e Desenvolvimento Regional, Artur da Rosa Pires.

Na sua intervenção, Miguel Relvas, que tem dado a cara por mais esta reforma do actual Governo, afirmou esperar que esta “venha a atingir a velocidade de cruzeiro em 2006, com a entrada em funções dos autarcas a eleger em Outubro de 2005”. O Secretário de Estado da Administração Local apresentou alguns dos aspectos históricos que, no seu entender, contribuíram para a tendência centralista e centralizadora em Portugal e que se traduziram num país desequilibrado, com situações de desertificação e, simultaneamente, de excesso de densidade, grande endividamento do Poder Local, com alguns Municípios que já não são capazes de fazer face ao serviço da dívida e ainda excessivamente dependentes das transferências do Estado.

Para combater esta situação e “cumprir com o forte compromisso descentralizador assumido pelo Primeiro-Ministro, Durão Barroso, o Governo avançou, entre outras medidas, com a Lei Quadro das Áreas Metropolitanas” que prevê a constituição de entidades supra-municipais, através da livre associação dos Municípios em Grandes Áreas Metropolitanas (mais de 350.000 habitantes e 9 Municípios) ou Comunidades Urbanas (150.000 habitantes e 3 Municípios).

A sessão terminou com a projecção da frase “A Juventude Social Democrata de Albergaria-a-Velha considera que este pode e deve ser um importante passo para reforçar e dinamizar o associativismo autárquico e para promover políticas integradas de desenvolvimento, para o concelho de Albergaria-a-Velha e para a Região envolvente”.

JSD/Faro assinala Dia da Árvore

O Ambiente é, de há longos anos a esta parte, uma das principais causas da JSD. São muitas as provas disso. No próximo dia 21 (Domingo), por volta das 11 horas, a Secção lembra a importância da floresta e procede à plantação de algumas dezenas de árvores na mata do Pontal.

Para esta relevante iniciativa, a estrutura convida todos os militantes e simpatizantes da JSD amigos da natureza. Colabora!

Em Águeda : Jantar comemorativo do Dia Internacional da Mulher

A Comissão Política de Secção da JSD de Águeda, em parceria com o Gabinete de Intervenção Social, realizou na passada segunda-feira, 8 de Março, um jantar-debate para assinalar o Dia Internacional da Mulher.

A iniciativa contou as presenças de Cláudia Bento (Assessora na C.M. Viseu), de Isabel Moreira (Jornalista) e de Naír Barreto (Vereadora na C.M. Águeda).

Cláudia Bento, anterior líder da CPD/Viseu, foi a primeira oradora, começando por fazer uma breve retrospectiva histórica do seu percurso na JSD, não esquecendo também de referir que “deviam haver mais mulheres na estrutura da JSD, algo que hoje em dia não acontece muito”.

No decorrer da sua intervenção referiu que não concorda com as quotas para mulheres, acreditando que é importante “chegar aos lugares pelo mérito e pelo valor”.

CURTAS/AGENDA

- Por determinação da Secretária-Geral da JSD, o Gabinete de Informação remeteu à mailing list nacional um questionário sobre juventudes partidárias. Para aceder ao inquérito, basta fazer o pedido a paulocolaco@jsd.pt

- Prosseguem os preparativos para o II Torneio de Karts da Secção de Évora – Corrida para a Europa. A data definitiva da prova é 24 de Abril, havendo já um largo conjunto de inscrições efectuadas junto dos responsáveis daquela muito activa secção.

- Recordamos a acção da JSD/Faro: “Pontal - O grande pulmão verde de Faro!”. Será a 18 de Março às 21 horas no Auditório da Biblioteca Municipal de Faro.

- Relembramos igualmente o torneio de paintball de Tavira. É já a 20 de Março na Asseca. Informações: 916770655 e/ou 961036572

- A JSD do Porto promoveu o lançamento do seu site. A morada é www.jsdinvicta.com e promete ser um meio de comunicação entre os militantes e dirigentes da estrutura.

- CPD/Santarém editou a sua newsletter, para a receber basta remeter solicitar o documento em cpdjsd@hotmail.com

O Mal

Ao contrário do que por vezes se pensa, o massacre de homens, mulheres e crianças indefesas é uma tradição antiga do ser humano.

Apanhados no meio de conflitos maiores ou simplesmente vítimas de gente sem escrúpulos, os «civis», incapazes de se defenderem, foram sempre objectivos apetecíveis.

Átila à desfilada pelos povoados romanos, ecos de vikings a subirem as costas normandas ou, simplesmente, as bombas nazis sobre Guernica são factos guardados na História, que dizem tudo sobre o sofrimento humano. Memórias românticas, de batalhas entre soldados profissionais em plainos abandonados, servem apenas de excepção que confirma a regra. A regra, desde sempre, é sermos todos alvos.

Em Madrid, aqui ao lado, na manhã negra de 11 de Março, a guerra entre o Bem e o Mal fez mais algumas centenas de mortos. Civis, homens, mulheres e crianças indefesas, como não podia deixar de ser.

O que distingue as sociedades ocidentais dos terroristas que agem do lado do Mal, é a preocupação com os direitos fundamentais, e os instrumentos legais que os garantem, na recusa de quaisquer razões ou fundamentações morais para acções que firmam vidas inocentes.

A democracia tem mecanismos para resolver disputas sobre o destino dos povos. Não são precisas bombas, matanças, terrorismo. Não há desculpa. Uma democracia não é uma ditadura, e mesmo em ditadura, matam-se tiranos. Não cidadãos inocentes.

– Paulo de Almeida Sande, “Diário de Notícias”.

O Cheque

[...] o PS tem revelado uma incapacidade crónica para tratar questões de segurança. Foi precisamente o PS, quando era governo, que deu o maior golpe de sempre nos nossos serviços secretos, que desagregou polícias e forças de segurança, que deixou desarticular e debilitar cada vez mais a autoridade do Estado.

Ferro Rodrigues já tinha anunciado a sua intenção de promover (na campanha para as europeias), uma discussão das questões internas insolitamente deslocada, esquecido de que não é disso que se trata. Sonha com cartões amarelos para uso doméstico, mas não vislumbra os alertas vermelhos em que a Europa provavelmente terá de entrar muito em breve.

Agora percebe-se melhor o que pode acontecer. Sempre que as instituições europeias tiverem de analisar um problema concreto, uma proposta, uma medida, um qualquer tópico de interesse para uma defesa comum eficaz, tudo o que o PS será capaz de dizer é que a culpa é da intervenção no Iraque, para estupefação alarmada, quando não gáudio consternado dos circunstantes.

Votar PS nas próximas eleições europeias será o mesmo que aceitar um cheque sem cobertura no tocante à segurança contra o terrorismo. – Vasco Graça Moura, “Diário de Notícias”.



O Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, José Luís Arnaut, acompanhado pelo Ministro da Saúde, Luis Filipe Pereira, fala aos jornalistas, durante a cerimónia de apresentação do Plano de Saúde para o Euro 2004, no Estádio Nacional. – Foto Lusa, Inácio Rosa



O Ministro da Educação, David Justino e Pedro Duarte, Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e porta-voz do PSD, durante a sessão de abertura do Seminário “A Lei de Bases da Educação” promovido pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na Sala do Senado da Assembleia da Republica, com a presença do Presidente da Assembleia. – Foto Lusa, Manuel de Almeida.



O Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, com Francisco Fernandes e Conceição Estudante, Secretários Regionais da Educação e dos Assuntos Sociais respectivamente, e Rosa Mota, durante a Marcha “Mexa-se pela Saúde” que decorreu no Funchal. – Foto: Lusa, Homem de Gouveia

